



**Mestrado  
em Geografia**

**Transformação na paisagem das praças de Erechim/RS: Uma  
análise sob o viés da geografia histórica (1904-2022)**

Priscila Daiane Pavan

Chapecó, 11 de julho de 2022.

Priscila Daiane Pavan

**Transformação na paisagem das praças de Erechim/RS: Uma  
análise sob o viés da geografia histórica (1904-2022)**

Dissertação de mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em  
Geografia da Universidade Federal da  
Fronteira Sul, como requisito parcial para  
obtenção do título de mestre em  
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Brandt

Chapecó, 11 de julho de 2022.

### **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Pavan, Priscila Daiane

Transformação na paisagem das praças de Erechim: Uma análise sob o viés da geografia histórica (1904-2022) / Priscila Daiane Pavan. -- 2022.

90 f.:il.

Orientador: Doutor Marlon Brandt

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Licenciatura em Geografia, Chapecó, SC, 2022.

1. Praças; Paisagem; Transformação.. I. Brandt, Marlon, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**PRISCILA DAIANE PAVAN**

**Transformação na paisagem das praças de Erechim/RS: Uma  
análise sob o viés da geografia histórica (1904-2022)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Geografia, defendido em banca examinadora em 11/07/2022.

Orientadora: Prof. Dr. Marlon Brandt

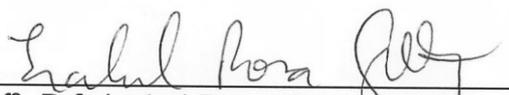
Aprovado em: 11/07/2022

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARLON BRANDT  
Data: 12/09/2022 08:26:48-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Prof. Dr. Marlon Brandt – UFFS - Orientador

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabel Rosa Gritti – UFFS

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** EDERSON DO NASCIMENTO  
Data: 16/09/2022 16:07:46-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Prof. Dr. Ederson Nascimento – UFFS

Chapecó/SC, 11 julho de 2022.

## AGRADECIMENTOS

Aos professores do PPGGeo/UFFS, que através de suas disciplinas, e atividades do programa, contribuíram para a minha formação pessoal, e profissional.

Aos meus colegas da turma de mestrado 2019, pelo apoio, não só intelectual, mas também humano, durante os dois últimos anos e meio. Agradeço especialmente, à Ana Júlia, a Isabela e o Darlan, pela agradável companhia, e generosidade, nas viagens Erechim/Chapecó semanalmente. À Tatiane, a Eduarda e a Paula, pelos incontáveis momentos de apoio.

Ao professor Marlon Brandt, por sua paciência, e orientação no desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor Nazareno Campos, pelas considerações na banca de qualificação, ao professor Ederson Nascimento, por estar presente e contribuir de forma significativa tanto na banca de qualificação, quanto na banca de defesa, obrigada pelo carinho, e pela competência nas palavras. E também, agradeço a professora Isabel Gritti, por ter aceito o convite, compartilhando da sua sabedoria nas atribuições finais na banca de defesa.

Aos colaboradores do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, pela disponibilidade e auxílio na busca de informações e documentos do acervo. Estendendo o agradecimento, ao Henrique Trizotto, coordenador do Arquivo, por me “socorrer” nas dúvidas sobre alguns detalhes da história da cidade de Erechim.

Do mesmo modo, agradeço aos colaboradores da Biblioteca Municipal Gladstone Osório Mársico pela atenção, e auxílio na localização de alguns livros e fontes de referências.

À Maria Vanda Groch, por me receber carinhosamente em seu lar, dispondo do seu tempo para me auxiliar com informações e acontecimentos históricos, sobre Erechim, que certamente contribuíram grandiosamente na escrita da pesquisa.

À minha família por ser a base de toda a minha existência.

Ao José Mario, por seu companheirismo e apoio mútuo.

À amiga Naiara, por todo o apoio, palavras de carinho, e incentivo.

À todos que de alguma forma apoiaram este percurso. Aos que me auxiliaram nas dificuldades, aos que ouviram as minhas lamentações nos momentos de angústia, enfim, aos que torceram verdadeiramente pela finalização desta importante etapa.

À Deus por tudo!

*“Para entender a cidade, não basta apenas observá-la ou viver nela. É preciso verificar a sua dinâmica, a sua geografia e a sua história.”*

*(Eliseu Savério Spósito).*

## RESUMO

Este trabalho se situa no campo da geografia e tem por objetivo analisar o processo da transformação da paisagem das praças de Erechim/RS, entre o período de 1904-2022. Verifica-se que as praças da cidade apresentam uma simbologia voltada para a preservação de um passado histórico ligado a imigração e à manutenção cultural destas etnias passando seguidamente por um processado e refuncionalização, onde novos equipamentos, voltados a práticas esportivas passaram a ser introduzidos. A pesquisa se estrutura em uma abordagem qualitativa descritiva que utiliza fontes bibliográficas e documentais. Produções acadêmicas como livros, artigos, teses e dissertações ampararam a pesquisa, assim como a consulta de fontes documentais, iconográficas, e periódicos junto aos órgãos públicos, Arquivo Municipal Juarez Miguel Illa Font, e Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico. Primeiramente, focam-se os conceitos de espaço e paisagem. O espaço, é identificado como um produto social, que concentra os sistemas econômicos, políticos e onde se estabelece as relações sociais de produção. O espaço é entendido como um produto histórico em uma contínua transformação dinamizada por fatores sociais, econômicos e culturais. A paisagem, por sua vez, é compreendida como um elemento histórico-social resultante da acumulação de tempos. Nossa pesquisa se fundamentou no conceito do historiador Simon Schama, onde o mesmo apresenta a paisagem como uma construção cultural que se constitui por estratos de memória. Através desta perspectiva, podemos verificar que as praças de Erechim são paisagens que carregam formas simbólicas que representam o passado segundo o viés específico, o do colonizador. A cidade de Erechim, que apresentou em sua formação histórica a presença de indígenas, posteriormente bandeirantes e caboclos, foi implementada como colônia em 1908 e passou a ser ocupada pelos colonizadores a partir de 1910. Neste contexto destaca-se o projeto urbano planejado por Carlos Torres Gonçalves que se baseou no positivismo. Na década de 1970, com a aceleração do processo de industrialização se constata que a população urbana de Erechim se sobressai sobre a população rural, sendo que este fator passa a impactar na paisagem da cidade. Se constata, com esse processo, o crescimento de áreas periféricas, assim como iniciativas políticas legais que visam regulamentar a destinação de áreas públicas para fins de loteamento e expansões urbanas. A partir de 1990 evidencia-se, que o Plano Diretor da cidade institui uma nova lei de zoneamento passando a permitir uma maior verticalização do espaço urbano de Erechim. Neste cenário, analisamos as praças de Erechim como espaços de memória e paisagens coadunadas de simbolismos. Estes espaços, mostram-se carregados de intenções políticas, ideológicas e culturais, sendo mais que estruturas físicas. As praças como lugares de memória e repositórios de significados, acabam por evocar o passado e um discurso intencional que almeja se perpetuar nas gerações futuras. No contexto atual se observa uma significativa refuncionalização das praças de Erechim. Com a investigação, se constata que estes espaços acabam por conferir uma dimensão significativa para as práticas esportivas devido as reformas efetivadas nas praças destacadas. Diante da urbanização e verticalização da cidade constatamos que os espaços das praças se mostram necessários para que os habitantes de Erechim possam usufruir dignamente a cidade.

Palavras-chave: Praças. Paisagens. Espaço

## ABSTRACT

This work is in the field of geography and aims to analyze the process of transformation of the landscape of the squares of Erechim/RS, between the period 1904-2022. It appears that the cultural change is adopted for the maintenance of a new modern equipment and is adopted for the maintenance of a modern cultural environment, starting to adopt an aggressive approach to the maintenance of a modern cultural equipment, starting to adopt an aggressive approach. by an environment modified to a modern environment. The research is structured in a descriptive qualitative approach that uses bibliographic and documentary sources. Academic productions such as books, articles, theses, and dissertations subsidized the research, as well as the consultation of documentary, iconographic and periodical sources with public agencies, the Municipal Archive Juarez Miguel Illa Font and the Municipal Public Library Dr. Gladstone Osorio Marsico. Firstly, the concepts of space and landscape are focused. Space is identified as a social product, which concentrates economic and political systems and where social relations of production are established. Space is understood as a historical product in continuous transformation driven by social, economic and cultural factors. The landscape, in turn, is understood as a historical-social element resulting from the accumulation of times. Our research was based on the concept of the historian Simon Schama, where he presents the landscape as a cultural construction that is constituted by strata of memory. Through this perspective, we can verify that the squares of Erechim are landscapes that carry symbolic forms that represent the past according to the specific bias, that of the colonizer. The city of Erechim, which had in its historical formation the presence of indigenous people, later pioneers and caboclos, was established as a colony in 1908 and began to be occupied by colonizers from 1910 onwards. In this context, the urban project conceived by Carlos Torres Gonçalves which was based on positivism. In the 1970s, with the acceleration of the industrialization process, it appears that the urban population of Erechim stands out over the rural population, and this factor starts to impact the city's landscape. With this process, the growth of peripheral areas, as well as legal political initiatives that aim to regulate the destination of public areas for the purpose of subdivision and urban expansions. From 1990 onwards, it becomes evident that the city's Master Plan institutes a new zoning law, allowing greater verticalization of the urban space of Erechim. In this scenario, we analyze the squares of Erechim as spaces of memory and landscapes in line with symbolism. These spaces are shown to be loaded with political, ideological and cultural intentions, being more than physical structures. The squares, as places of memory and repositories of meanings, end up evoking the past and an intentional discourse that intends to perpetuate itself in future generations. In the current context, there is a significant refunctionalization of the squares of Erechim. With the investigation, it appears that these spaces end up giving a significant dimension to sports practices due to the reforms carried out in the highlighted squares. Faced with the urbanization and verticalization of the city, we found that the spaces of the squares are necessary so that the inhabitants of Erechim can enjoy the city with dignity.

key words: Squares. Landscapes. Space.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - Castelinho, 1912.....	36
<b>Figura 02</b> - Castelinho, 2021.....	36
<b>Figura 03</b> - Projeto proposto por Carlos Torres Gonçalves em 1914 para a Sede da Colônia.....	38
<b>Figura 04</b> - Casa comercial da família Pagnocelli em 1918.....	41
<b>Figura 05</b> - Vila Boa Vista no ano de 1917.....	43
<b>Figura 06</b> - Transporte de madeira por balsas no leito do Rio Uruguai em 1930.....	44
<b>Figura 07</b> - Casa da família Rigoni, em 1928.....	47
<b>Figura 08</b> - Casa da família Rigoni, em 2022.....	47
<b>Figura 09</b> - Nota sobre o primeiro incêndio ocorrido em 1931. Jornal Diário de notícias.....	48
<b>Figura 10</b> - José Bonifácio. Primeiro incêndio em 08/11/1931.....	49
<b>Figura 11</b> - José Bonifácio. Primeiro incêndio em 08/11/1931.....	49
<b>Figura 12</b> - Incêndio em 1933.....	50
<b>Figura 13</b> - Vista parcial da Av. Mauricio Cardoso em 1928.....	51
<b>Figura 14</b> - Vista parcial da Av. Mauricio Cardoso em 1943.....	51
<b>Figura 15</b> - Estilo Art Déco construído no fim da década de 40 na esquina da Av. Presidente Vargas com a Rua Aratiba.....	52
<b>Figura 16</b> - Av. Maurício Cardoso na década de 50.....	53
<b>Figura 17</b> - Praça do Imigrante 2021.....	62
<b>Figura 18</b> - Nota sobre a revitalização da Praça dos Imigrantes em 1985. Jornal Voz da Serra.....	63
<b>Figura 19</b> - Praça do Imigrante 2021.....	64
<b>Figura 20</b> - Praça da Bandeira na década de 20.....	66
<b>Figura 21</b> - Praça da Bandeira em 1940.....	66
<b>Figura 22</b> - Praça da Bandeira em 2021.....	67
<b>Figura 23</b> - Busto e Carta Testamento de Getúlio Vargas.....	68
<b>Figura 24</b> - Painel “Ao Colono” executado no pavimento da Praça da Bandeira em 1953.....	70
<b>Figura 25</b> - Praça da Bandeira em 1956.....	70

<b>Figura 26</b> - Praça Boleslau Skorupski.....	72
<b>Figura 27</b> - Caracterização da Praça Daltro Filho, remodelada em 17/06/1980.....	75
<b>Figura 28</b> - Caracterização da Praça Daltro Filho, remodelada em 17/06/1980.....	75
<b>Figura 29</b> - Revitalização paisagística da Praça Daltro Filho em 2012. Na última foto a pista de Bicycle Motocross ainda estava em implantação.....	76
<b>Figura 30</b> - Revitalização paisagística da Praça Daltro Filho em 2012.....	76
<b>Figura 31</b> - Projeto de revitalização da Praça Daltro Filho, 2019.....	77
<b>Figura 32</b> - Rampa de acesso à entrada principal da praça Daltro Filho.....	78
<b>Figura 33</b> - Ambiente exclusivo para animais.....	78
<b>Figura 34</b> - Quadra poliesportiva.....	79
<b>Figura 35</b> – <i>Playground</i> infantil.....	79
<b>Figura 36</b> - Projeto de revitalização da Praça Prefeito Jayme Lago, 2020.....	81
<b>Figura 37</b> - Praça Prefeito Jayme Lago, 2021.....	81
<b>Figura 38</b> - Praça Prefeito Jayme Lago, 2021.....	81
<b>Figura 39</b> - Vista parcial da Praça Júlio de Castilhos, 1947.....	83
<b>Figura 40</b> - Vista parcial da Praça Júlio de Castilhos, 2021.....	83
<b>Figura 41</b> - Quiosque da Praça Júlio de Castilhos, 2021.....	84
<b>Figura 42</b> - Bar do Quiosque, 1931.....	85
<b>Figura 43</b> - Quiosque da Praça Júlio de Castilhos, década de 80.....	85
<b>Figura 44</b> - Terminal de ônibus na Praça Júlio de Castilhos, 2001.....	85
<b>Figura 45</b> - Projeto de revitalização da Praça Júlio de Castilhos, 2019..	86
<b>Figura 46</b> - Espaços de lazer da Praça Júlio de Castilhos, 2021.....	87
<b>Figura 47</b> - Espaços de lazer da Praça Júlio de Castilhos, 2021.....	87

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01</b> – Localização da cidade de Erechim/RS.....	15
<b>Mapa 02</b> – Localização das praças da área estudo.....	22

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> - Crescimento da população urbana em Erechim: 1950 - 1970.....	55
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- IBGE –** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
- EFSPRG –** ESTAÇÃO FERROVIÁRIA SÃO PAULO - RIO GRANDE
- JCA –** JEWISH COLONIZATION ASSOCIATION
- BMX –** BICYCLE MOTOCROSS
- LED –** LIGHT EMITTER DIOD
- PTB -** PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1. FORMAÇÃO URBANA DE ERECHIM.....</b>	<b>24</b> Erro! Indicador não definido.
1.1 ASPECTOS DA FORMAÇÃO SÓCIO TERRITORIAL .....	24
<b>2. AS PRAÇAS ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA.....</b>	<b>60</b>
<b>3. REFUNCIONALIZAÇÕES: AS PRAÇAS ENQUANTO LUGAR DO LAZER E DO ESPORTE.....</b>	<b>73</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>90</b>

## INTRODUÇÃO

No contexto citadino, as praças mostram-se como espaços necessários na dinâmica da vida urbana. Estes lugares se apresentam consecutivamente, como estruturas que carregam em si centralidade não só material, como também simbólica. Podemos considerar que a população garante não somente a sua usabilidade, como condiciona uma atribuição de sentido a estes espaços, ao determinar as nuances em torno das atividades desenvolvidas no local e quem desenvolve estas atividades (SANTOS, 1992).

As praças remetem a múltiplas análises no que se refere ao seu espaço, funcionalidade e história, “seja pelo uso constante, festivo, ritualístico, de lazer, ou cotidiano, ou sua impossibilidade de uso, ou, ainda, o desuso que ocasiona sua obsolência, narram a vida urbana subentendida nesse espaço, ou seja, nessa estrutura materializada” (VAZ, 2016, p. 249).

Segundo as considerações de Corrêa (2020), as praças carregam um importante aspecto simbólico, reproduzindo discursos ou mesmo reinventando o passado. Nesse sentido, os elementos tempo e espaço apresentam conexões que coadunam entre si significados e particularidades específicas para os contextos analisados. Para o autor, o tempo representa movimento, enquanto o espaço representa pausa. Esse processo tempo e espaço é caracterizado por uma miríade de interrupções temporais que se desenvolvem em determinadas conjunturas espaciais e acabam por gerar formas que podem permanecer historicamente.

Partindo desta percepção, em que a periodização estabelece períodos para um determinado espaço, sendo uma cidade, uma rede urbana, ou até mesmo uma rua, compreende-se que os períodos são divididos em tempos relativamente homogêneos, sendo que cada período irá descrever a história e a geografia da área sob análise (CORRÊA, 2020).

Nesse sentido, buscaremos dar conta do objetivo geral da pesquisa, que consiste em analisar o processo da transformação da paisagem das praças de Erechim/RS, entre o período de 1904-2022, identificando os elementos simbólicos, a identidade e a memória que se projetam nas paisagens presentes nestes espaços.

Nos propomos, assim, a analisar dois importantes períodos dessa trajetória. O primeiro, as praças enquanto lugar de memória, onde constata-se a presença de monumentos que foram erigidos, reproduzindo discursos de grupos dominantes locais

e o segundo, onde as praças passaram por refuncionalizações, voltadas a novas funções voltadas às práticas esportivas.

A relação entre as práticas esportivas e a Geografia possibilita analisar a sociedade, o seu cotidiano, e o espaço urbano em que se inserem, bem como, as transformações na paisagem, através da construção/composição de equipamentos que aumentam a movimentação das pessoas em busca de lazer e entretenimento. Destaca-se, portanto, o papel fundamental do futebol, e dos demais esportes, que além de práticas esportivas, são elementos culturais e econômicos, pois envolvem a movimentação de recursos financeiros, e também as transformações espaciais no contexto urbano (HOLGADO E TONINI, 2012).

Assim, a geografia do esporte nos conduz ao entendimento de que o esporte é carregado de cultura e permeado pelos costumes das determinadas sociedades analisadas. Estas práticas esportivas podem ser, portanto, concebidas como um reflexo do modo de vida local que conseqüentemente a isso implica em desdobramentos no contexto paisagístico (OLIVEIRA; TIRADENTES, 2019).

O município de Erechim situado no Alto Uruguai Gaúcho (Figura 1), fez parte da última leva de povoamento oficial do estado do Rio Grande do Sul, já no início do século XX (1908). A escolha do recorte temporal está relacionado ao início da demarcação das terras em razão do traçado ferroviário São Paulo - Rio Grande. Sua construção e constituição é fruto de uma política governamental que buscava povoar a região e principalmente organizar as terras devolutas que estavam sendo ocupadas por fugitivos das revoluções do século XIX, escravos libertos e indígenas. Neste contexto, o engenheiro agrimensor Carlos Torres Gonçalves, diretor de terras e colonização do Estado, projetou uma colônia com lotes urbanos, demarcados de 1250m<sup>2</sup>, vendidos diretamente pela Inspeção de Terras ou por empresas colonizadoras como Jewish Colonization Association (JCA) e a Luce & Rosa<sup>1</sup>.

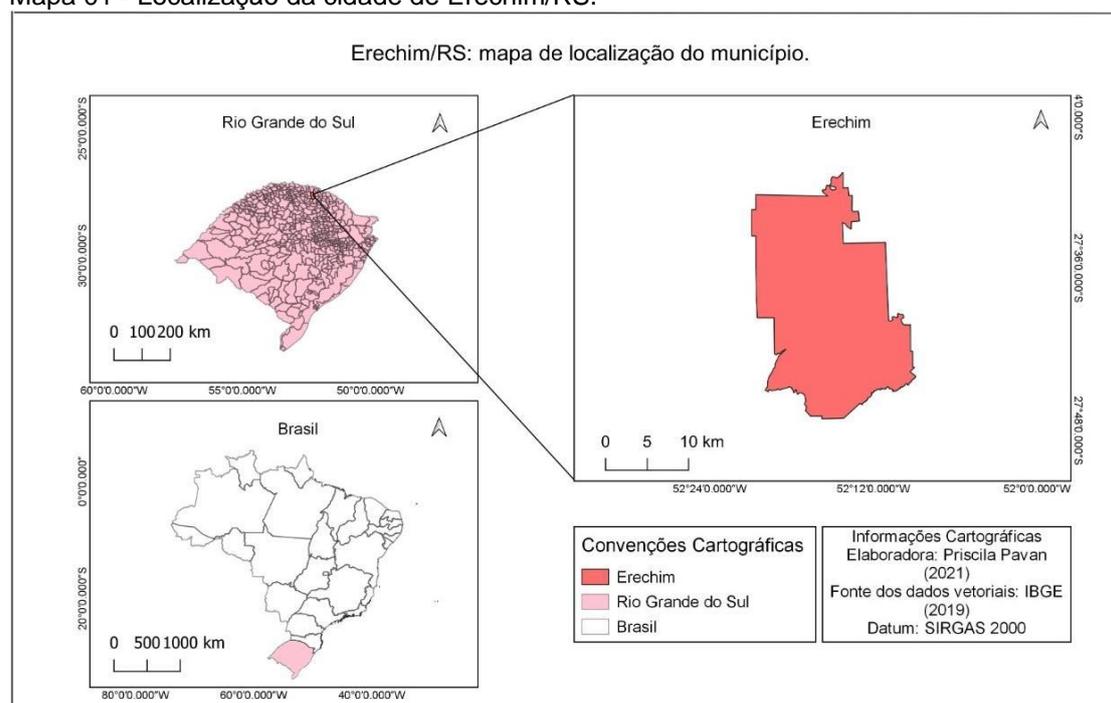
A Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda comercializou as terras nos povoados de Barro (atual município de Gaurama); Rio Novo e Dourado (atual município de Aratiba); Três Arroios e Nova Itália (atual município de Severiano de Almeida). Enquanto a JCA, segundo Caron (2009) promoveu a imigração judaica para a Fazenda Quatro Irmãos (Distrito de Erechim, emancipado no ano de 2000).

---

<sup>1</sup> DUCATTI NETO, 1981; ILLA FONT, 1983; CASSOL, 1979; KARNAL, 1926; FRAINER, 1936; CHIAPARINI, 2012.

A vinda de imigrantes europeus e migrantes das Colônias Velhas (primeiras colônias de imigrantes do estado do RS), cumpriram os objetivos propostos pelo governo do Estado. De maneira que a cidade se construiu sob uma simbologia voltada para a preservação de um passado histórico, fortemente ligado a imigração e à manutenção da cultura e da tradição das etnias que compuseram a cidade.

Mapa 01 - Localização da cidade de Erechim/RS.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O primeiro elemento a ser analisado, é o espaço, que segundo Castells (2000, p. 201) é um produto social, que concentra os sistemas econômicos, políticos e ideológicos. A concentração destes sistemas se constrói a partir da relação dialética entre a produção e o consumo e na articulação das trocas estabelecidas entre os dois. Lefebvre<sup>2</sup> por sua vez aponta que ele é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção”. Portanto, o espaço não existe “em si mesmo”, ele é produzido (LEFEVBRE, 1976, p. 30).

Neste sentido, Santos (2006, p. 39) afirma que “[...] o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações [...]”. Os sistemas de objetos configuram o conjunto das forças produtivas, enquanto os sistemas de ações integram o conjunto das relações sociais de produção, sendo assim, ambos possibilitam o dinamismo social. “Em termos de

<sup>2</sup> Obra *Espacio y política* (1976).

significação e de realidade, um não pode ser entendido sem o outro, e, de fato, um não existe sem o outro. Não há como vê-los separadamente” (SANTOS, 2006, p. 66).

Ainda de acordo com autor, o espaço é formado por objetos geográficos, naturais, sociais, e também pelas relações historicamente constituídas ao longo de diferentes épocas. São, portanto, reflexos dos mais variados acontecimentos, e fenômenos, assim como ações, e relações realizadas por pessoas que os planejam, constroem, e deles se apropriam.

Em concordância, Carlos (2009, p. 32) considera que “[...] o espaço geográfico é o produto, num dado momento, do estado da sociedade, portanto um produto histórico [...]” configurando-se como o “[...] resultado da atividade de uma série de gerações que através de seu trabalho acumulado têm agido sobre ele, modificando-o, transformando-o, humanizando-o, tornando-o um produto cada vez mais distanciado do mundo natural. Partindo desta concepção, a autora ressalta que [...] o espaço é um produto social em ininterrupto processo de reprodução.

Neste viés, o espaço urbano congrega as dinâmicas sociais, econômicas e culturais de determinadas sociedades em diferentes períodos. De acordo com Corrêa (2001, p. 145), o dinamismo do espaço urbano é constituído a partir dos interesses dos agentes produtores do espaço, “[...] caracterizado pela justaposição de diferentes paisagens e usos da terra [...]”.

Ao reconhecer que o espaço urbano é fragmentado e articulado, “[...] e que esta divisão articulada é a expressão espacial de processos sociais [...]” considera-se que o espaço urbano é o reflexo da sociedade, (CORRÊA, 1989, p. 8,9), pois é através dele que as forças produtivas se desenvolvem, permitindo a movimentação e a circulação do dinheiro sobre o território (SANTOS, 2006).

Nesse sentido, devemos entender que o espaço geográfico é dotado de historicidade, portanto, o espaço é real, porque é histórico. Nesse sentido, destaca-se o pensamento de Santos (2006, p. 86), quando este considera que o espaço tem um “[...] caráter de palimpsesto, memória viva de um passado já morto, transforma a paisagem em um precioso instrumento de trabalho, pois essa imagem imobilizada de uma vez por todas permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto”

Analisar o espaço e suas transformações no passado faz parte de um dos ramos da geografia, conhecido como Geografia Histórica. Abreu (2000), reconhece a possibilidade de tratamento do tempo nos estudos geográficos mediante a superação dos obstáculos conceituais e ideológicos, que praticamente os engessam nos temas

do presente. Ainda conforme este autor, embora o geógrafo atue preferencialmente nos estudos do presente, a Geografia não pode definir-se univocamente nesta duração temporal, correndo o risco de empobrecer-se. Na sua abordagem do real, a Geografia distingue-se das outras Ciências Sociais justamente nas questões que coloca para entender o real e a sociedade no contexto imposto, não podendo limitar-se apenas ao momento imediato da atualidade.

Em continuidade, o referido autor coloca que:

“Passado, presente e futuro são categorias eminentemente sociais, e não categorias determinadoras da geografia ou de qualquer outra ciência social. Todas trabalham com as três. São as conexões que tentam fazer que dão peculiaridades a cada uma [...]. É possível, sim, fazer geografia do passado, e elas não têm que buscar ali apenas as bases do entendimento do presente” (ABREU, 2000, p. 16).

A cidade, enquanto construção humana, é um produto histórico-social, localizado no tempo e no espaço e nesta dimensão caracteriza-se como trabalho materializado por diferentes formas de usos e ocupações que variam de acordo com as necessidades dos atores sociais de habitar, produzir e consumir (CORRÊA, 1989). Assim, como ressalta Carlos (2007, p.45-46) “[...] a produção espacial realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar num momento específico”. A autora ressalta ainda, que qualquer habitante de uma cidade é capaz de interpretá-la através do seu cotidiano.

Já para Garbin (2019, p. 51), o ato de olhar para a cidade proporciona variadas sensações, por mais comum que seja o cenário. A imagem obtida pelas pessoas vai além da percepção visual e física, “[...] os sentimentos, as memórias, as texturas, as cores, as formas, as luzes e sombras, a cultura e a história, entre outros fatores que compõem a paisagem urbana”, influenciam e interagem distintamente.

Na Antiguidade (Mesopotâmia), “as cidades se formavam a partir de seus espaços de convivência”. O pertencimento à cidade enquanto cidadão, estava associado a participação da vida pública. As praças, nesse sentido, integram patrimônios ricos em história sobre a cidade, constituindo um local de identidade cultural, repleto de simbologias (Caldeira, 2007, p. 3).

Complementarmente, Alex (2008, p. 23) afirma que uma praça, apesar de estar associada na maioria das vezes a funções de lazer, convívio social, e embelezamento estético, não se configura apenas como um espaço físico aberto, “mas também um

centro social integrado ao tecido urbano. Sua importância refere-se ao seu valor histórico, bem como a sua participação contínua na vida da cidade”.

Nas palavras de Font (2003, p.10), “[...] é no contexto da conceituação, ou daquilo que é percebido, da simples descrição ou caracterização do que venha a ser praça, encontramos um número muito grande de definições, muitas atreladas às questões temporais, regionais e culturais”. Portanto, mais que estruturas físicas e materiais, as praças são repletas de diversos significados, intenções, e vivências associadas ao momento histórico no qual surgiram.

Compactuando da mesma perspectiva, que leva em consideração a relevância de aspectos como viés histórico, os elementos culturais, bem como as escalas temporais,” está o conceito de paisagem. Destacamos, que a paisagem enquanto conceito e categoria de pesquisa, pode ser compreendida como o resultado que coaduna em si fatores históricos e sociais revelando consecutivamente seu caráter não estático. Com a Nova Geografia Cultural, o citado conceito acabou por se desdobrar em novas abordagens teóricas que levam em consideração temáticas que envolvem a estrutura simbólica, o imaginário, a memória, a representação e percepção. (CORRÊA; ROZENDAHL, 1998).

Para Santos (1982; 2014, p. 54), a paisagem é determinada pela forma espacial presente, com evidências em formas passadas que poderão ou não persistir. Através de sua aparência, demonstra a história do seu espaço e também das pessoas que ali viveram ao longo do tempo. A paisagem é, portanto, “[...] o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção”.

Percebemos que o conceito de paisagem se complexifica e dinamiza na interface de elementos como natureza, sociedade, cultura e história. Essa perspectiva, permite ao pesquisador tecer análises qualificadas que acabam por envolver diversas escalas de interpretação em torno desta categoria de estudo. Através destes pressupostos, podemos considerar que a paisagem carrega em si um aparato ideológico e simbólico que se reflete sucessivamente em campos da sociedade inclusive o âmbito patrimonial, consolidante, ou buscando consolidar, imaginários sociais (Schama, 1996).

Simon Schama (1996) explora o conceito de paisagem dentro de uma perspectiva cultural, estabelecendo consecutivamente uma análise com temas

recentes. Segundo o citado autor, a paisagem não pode ser entendida somente pelo seu viés natural, como também pelo seu âmbito cultural. Em sua obra *Paisagem e Memória*, Schama considera que

“... Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas...é evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos...” (SCHAMA, 1996, p. 17).

Segundo Schama (1996) a paisagem pode ser entendida como um conjunto de memórias. Com a finalidade de estabelecer um entendimento complexificado sobre o meio que nos cerca, Schama elabora sistemas relacionados a mata, água e rocha, onde se engendra uma análise que perpassa temporalidades e paisagens, sendo estas alteradas ou não, expondo analiticamente o conteúdo mítico e a memória reunida nos diferentes espaços paisagísticos.

Através destes pressupostos, identificamos que a paisagem carrega em si um grande valor identitário que relaciona a aspectos geográficos, ecológicos, assim como sociais. Cada interferência na paisagem acaba por se desdobrar em consequências nestes citados aspectos e consecutivamente na nossa própria identidade. Devemos ter o entendimento de que a paisagem se apresenta de acordo com Schama (1996) como um produto fruto de relações entre fatores naturais, bem como culturais.

A paisagem, portanto, se mostra como um objeto de pesquisa interdisciplinar e com variadas e complexas possibilidades de análises, não se restringindo somente a uma abordagem acerca das perspectivas visuais do local. Segundo o autor, nós vemos a paisagem como um “[...] quadro exterior a nós, embora seja apenas uma representação do que experimentamos em nosso interior” (SCHAMA, 1996, p. 22).

O autor ainda nos conduz ao entendimento que o conceito de paisagem é um constructo cultural, muito mais que natural, desse modo a sua concepção na contemporaneidade é interposta pela presença humana. Assim, segundo ele, a prática de reconhecer e distinguir um local indica de forma consecutiva a ação de nossa presença, bem como todo o aparato cultural que veio a nos fundamentar como seres humanos integrantes do meio natural.

A partir da “geografia cultural renovada, crítica e centrada nos significados atribuídos à natureza” e também às construções humanas, que surgem estudos de

geógrafos “discutindo os significados atribuídos aos monumentos, envolvendo os embates sobre a construção, localização e iconografia” (CORRÊA, 2007, p. 9-10).

Segundo o autor (2007), foi Harvey (1979) quem realizou os primeiros estudos pelo viés geográfico, manifestando interesse na importância dos monumentos, remetendo ao seu trabalho sobre a Basílica de Sacré Coeur, de Montmartre em Paris, onde “discute os embates políticos associados à sua construção”.

Os monumentos representam a espacialização de uma ideia (homenagem a pessoas e acontecimentos históricos, avenidas, praças). Nessa linha, o conceito de monumento não se limita às obras arquitetônicas ou esculturais tal como compreendidas pelo senso comum. Além destas, considera-se também diferentes tipos de documentos escritos e iconográficos, as obras de arte, e qualquer elemento ou objeto que expresse a atividade e o pensamento de uma época (RODRIGUES, 2002).

Os monumentos, portanto, representam um legado à memória coletiva, são acontecimentos dignos de serem lembrados. Durante muitos séculos representaram “atos escritos”, ou seja, documentos políticos e/ou jurídicos. O termo latim *documentum*, derivado de *docere* que significa ensinar, ampliou-se para o significado de prova, utilizado amplamente no vocabulário legislativo (LE GOFF, 1990, p. 536). Ainda segundo o historiador, o documento é o resultado de uma montagem consciente ou não, da história, da sociedade que o constituiu, e também das épocas sucessivas, durante as quais continuou a existir.

A monumentalidade atua na perspectiva simbólica, “se difunde, se irradia, se condensa, se concentra” nas mais variadas formas, “além de sua fachada (se tem uma), de seu espaço interno”, sua amplitude ultrapassa os seus limites materiais (LEFEBVRE, 1999, p. 46). Com base na abordagem humanística proposta por Tuan (1980), os símbolos podem ser compreendidos como repositórios de significados estabelecidos por experiências profundas, construídas ao longo do tempo, envolvendo o ser humano e o lugar. Dessa forma, segundo Corrêa (2005), os monumentos compreendidos como fixos plenos de significados, e valores simbólicos, estão presentes na organização do espaço em diferentes temporalidades (CORRÊA, 2005).

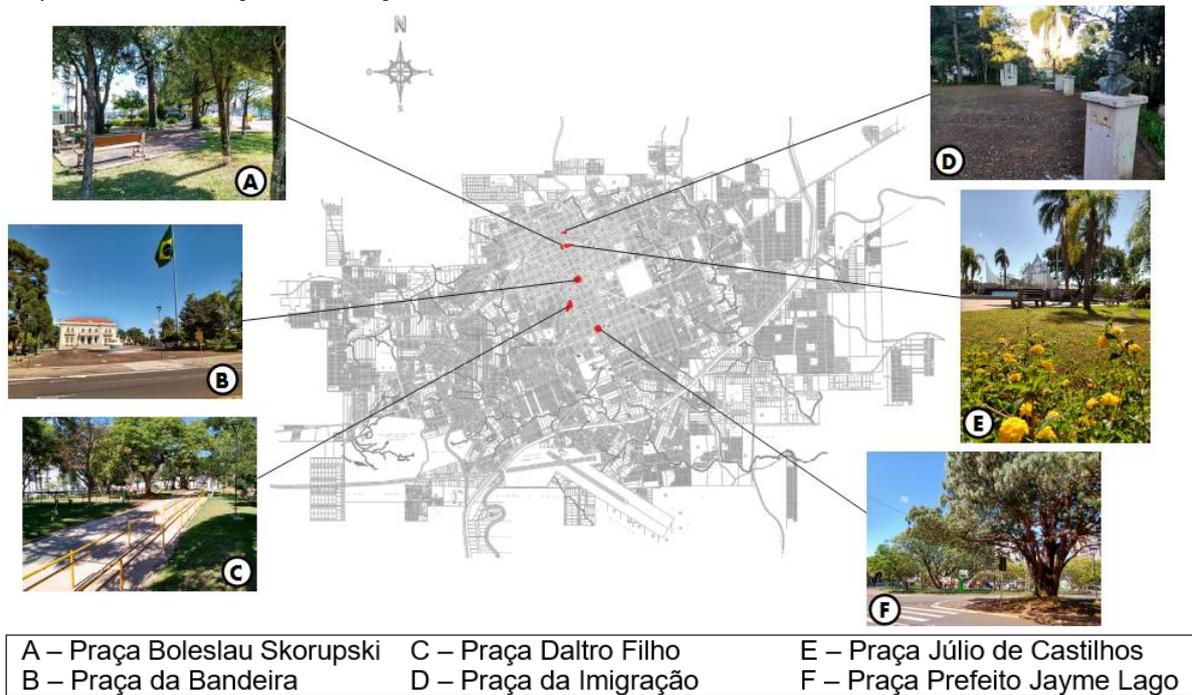
Os lugares/símbolos podem ser compreendidos de diferentes maneiras, são portanto, públicos, compartilhados e forjados através de edificantes significados, que foram construídos ao longo do tempo, envolvendo o ser humano e o lugar. O símbolo é a parte significativa do todo, superando sua forma material e sugerindo “uma

sucessão de fenômenos que estão relacionados entre si, analógica ou metaforicamente” (TUAN,1980, p. 26). Contemplam “qualquer elemento da natureza, artefato criado pelo homem, algo concebido no imaginário ou mesmo a cidade e a pátria podem se revestir de valores simbólicos” (SILVA, 2005, p. 45).

Erechim, neste contexto, é uma cidade com rico arcabouço de análise, pois apresenta por exemplo, em suas duas avenidas principais, praças e canteiros repletos de monumentos que reconstroem o passado da cidade, e exalta a trajetória dos imigrantes.

Neste sentido, este trabalho de pesquisa não contempla a totalidade concernente a estes espaços, mas sim, a análise das seis praças que se encontram na área central da cidade (Figura 2), por conferirem maior representatividade histórica, (relacionada ao seu momento de formação até os dias atuais), aspectos como a interação social, e o entretenimento a partir da posição em que se encontram, e também os processos de permanências e refuncionalizações. Importante destacar que a maioria das praças analisadas, passaram por obras de revitalização nos últimos anos, buscando não só uma composição paisagística mais contemporânea, como também, novas atribuições em suas funções, que se diferem daquelas originais.

Mapa 02 - Localização das Praças da área de estudo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Os caminhos da presente pesquisa foram norteados pelas contribuições

teóricas e empíricas de pensadores, como, Henri Lefebvre (1971, 1976, 1999, 2001); Milton Santos (1982, 1992, 1996, 2006); Ana Fani Alessandri Carlos (2007, 2009); Roberto Lobato Corrêa (1989, 1995, 1998, 2001, 2005, 2007, 2020); Maurício Almeida Abreu (2000); Pierre Nora (1993); Jacques Le Goff (1990); e Simon Schama (1996). Além desses, buscou-se a percepção de outros autores, a partir de textos obtidos em publicações e trabalhos de natureza acadêmica, como, livros, artigos, teses, e dissertações.

Paralelamente, destaca-se a realização de leituras e reflexões a cerca do processo histórico de construção da cidade de Erechim, assim como, a inserção das praças, contempladas como áreas de estudo. Tornou-se fundamental neste processo, a consulta de fontes documentais, iconográficas, e periódicas junto aos órgãos públicos, Arquivo Municipal Juarez Miguel Illa Font, e Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

No que concerne o reconhecimento e a caracterização das praças, enquanto espaços de lazer e de memória, foram realizadas visitas de campo, para fins de observação do espaço e da paisagem, registros fotográficos, e a obtenção de informações complementares, encontradas em placas e monumentos.

Por este prisma, Simon Schama aponta que existem diversas formas do pesquisador entrar em contato com seu objeto de estudo, destaca as fontes bibliográficas, teóricas, iconográficas, contudo, aponta da mesma forma, a relevância de “[...] vivenciar um local, usar o **‘arquivo dos pés’** [grifo nosso]” (SCHAMA, 1996, p. 34). Através deste pressuposto justificamos a importância da metodologia do trabalho de campo que se fez presente em diversas etapas desta pesquisa, que divide-se em três capítulos estruturados de acordo com as temáticas propostas.

O primeiro capítulo dialoga com a formação histórica, urbanística e patrimonial do município de Erechim. O segundo capítulo analisa as praças enquanto lugares de memória, a importância e a representação dos monumentos no discurso da colonização. Por fim, o terceiro capítulo, analisa as praças enquanto espaços de lazer e novas funções, a partir das reestruturações voltadas sobretudo para a prática esportiva.

## 1. FORMAÇÃO URBANA DE ERECHIM

Este capítulo busca estabelecer uma discussão histórica sobre a formação do município de Erechim. A análise inicia-se tecendo considerações sobre o início da ocupação humana na atual região norte do estado do Rio Grande do Sul, destacando os povos indígenas que aqui se instauraram. A chegada dos bandeirantes paulistas, a subsequente miscigenação cultural, a origem da população cabocla, assim como a chegada dos imigrantes europeus serão mencionados como os principais elementos nesta abordagem.

Nesse processo será destacada a relevância do traçado ferroviário, o projeto viário que orientou a organização de Erechim, suas características econômicas e sobretudo sociais, bem como, as transformações de caráter cultural que se desdobraram em nuances urbanísticas e patrimoniais, que vieram a inferir consecutivamente nos elementos característicos nas Praças de Erechim.

### 1.1. Aspectos da formação sócio territorial

Historicamente, o processo inicial da ocupação humana na região norte do Rio Grande do Sul ocorreu através de diversos grupos indígenas, desde tempos imemoriais. Ducatti Neto (1981, p. 98) em sua síntese indica que

[...] a partir do século XVII a região começou a ser palmilhada pelos bandeirantes paulistas que aqui vieram à procura de prata ou por outros interesses. Do cruzamento do paulista com o indígena, surgiu o caboclo. Depois, a partir da segunda metade do século XIX as matas de Erechim começaram a ser invadidas por grande número de foragidos da justiça e fugitivos das revoluções de 1838 (Guerra dos Farrapos) e 1893 (Revolução Federalista), e também por muitos intrusos que tomavam posse das terras do Estado, dedicavam-se ao fabrico de erva-mate, além de fazer roças e criar gado. Em 1912, vieram para a região migrantes poloneses, alemães e austríacos e nos anos seguintes começaram a chegar a Paiol Grande, tanto na sede como no interior do 8º distrito de Passo Fundo, elementos de diversas origens e profissões, oriundos das colônias velhas.

De acordo com Becker (1976), a população indígena que habitava a região entre os séculos XVI a XVIII, tinha denominação geral de Guaianás; já no século XIX, de Coroados, e, no século XX, Kaingang pertencente à família linguística Jê, que no idioma nativo significa “gente do mato”. A última denominação foi estabelecida no ano de 1882, para identificar todas as populações indígenas do sul do Brasil que não

fossem Tupi-Guarani. De acordo com a autora, não há clareza se as populações do século XIX descendem dos grupos que viviam na mesma área, entre os séculos XVI e XVIII.

Neste período, a região dominada pela Floresta Ombrófila Mista (composta por espécies arbóreas<sup>3</sup>, e substratos<sup>4</sup>) possuía uma vegetação densa, com recursos como a caça e o pinhão (SMANIOTTO et al., 2012). De acordo com as considerações apontadas por Azevedo et al., (2008) em período anterior à chegada dos espanhóis e portugueses, os índios Guarani já existiam em territórios estendidos por parte da Argentina, do Paraguai, da Bolívia e do Brasil, integrando o Rio Grande do Sul. Esses povos apresentavam características muito semelhantes nos aspectos referentes a sua cultura e formas de organizações sociopolíticas, porém, diferenciavam-se no modo de falar, e nas práticas religiosas.

Os referidos autores também destacam que além da caça e da coleta, os Guarani praticavam uma agricultura muito produtiva (milho, mandioca, batatas, feijão, amendoim, bananas). A produção gerava excedentes, motivando a realização de grandes festas, e a distribuição dos produtos, sob a lógica da economia da reciprocidade, ato de dar receber bens (dons) gratuitamente. Essa forma de economia adotada por eles, relacionava-se com os aspectos de suas próprias políticas e culturas guardadas por antigas tradições de tempos muito antigos.

Em pequenos grupos formados por famílias entrelaçadas e parentes próximos, os Kaingang habitavam a zona de araucária, no território compreendido entre o Alto Uruguai e a encosta do planalto Rio-Grandense. Viviam em alojamentos formados por ranchos beira-chão, cobertos por folhas de palmeira, variando o tamanho e configuração de acordo com o número de ocupantes e hierarquia grupal. Como ambiente natural preferido, estabeleciam-se nos pontos mais elevados das matas, em meio aos pinheirais, onde predominava melhor visibilidade sobre a vizinhança do alojamento. Viviam basicamente da coleta de pinhão, mel, frutos silvestres, abóbora e milho, além da caça de carne e peixes, e a prática de atividades extrativas, como plantas medicinais, cipós, madeira, taquaras e demais recursos naturais que pudessem servir como utensílio e moradia (DUCATTI NETO 1981).

---

<sup>3</sup> Laranjeira-do-mato, louro, açoita-cavalo, cabriúva, cambará, pessegueiro-do-mato, guaju vira, marmeleiro-do-mato, ipês, figueira, pinheiro, imbuia, angico, cedro e canela.

<sup>4</sup> bromeliáceas, xaxim, algumas cactáceas, diversas lianas, parasitas, bambus e taquaras.

Para que se compreenda a vinculação da comunidade indígena Kaingang com o seu território, Kozenieski (2016) faz uma análise sobre os aldeamentos com base nas descrições de Carini (2010):

Pode-se afirmar que uma comunidade tribal como a caingangue do século XIX concebia seu território como área controlada para usufruto de seus recursos, sobretudo, os naturais. Entretanto, além desse indicador, o espaço por ela apropriado servia também como referencial idealista na criação e recriação de mitos e símbolos (CARINI, 2010, p. 105).

Esse mesmo autor segue dizendo que “[...] a comunidade indígena caingangue do século XIX não concebia seu território como um espaço apropriado, privatizado e fragmentado, de acordo com a percepção da sociedade moderna” e sim “como um espaço de pertencimento e de apropriação simbólico-religiosa” (CARINI, 2010, p. 6). Para as sociedades indígenas, além de um meio de subsistência, a terra significa uma dimensão mítica. Diante disso, a territorialização determinada pelo Estado via aldeamentos ou reservas, constituiu uma ação desterritorializadora. O indígena foi impedido de atender o seu instinto territorializante nato por conta da sua fixação em áreas com limites estritos.

Conforme Becker (1995, p. 12) no século XIX os Kaingang “estavam confinados na região do Alto Uruguai, para onde foram empurrados pela ação colonizadora” dos alemães (1824) e italianos (1875) por conta da implantação das colônias, as quais encontravam-se em sua maioria nas terras habitadas pelos grupos indígenas. Esse processo de ocupação e colonização conduziu grandes disputas entre os indígenas e os imigrantes. Nesse contexto, Carini (2010, p. 104,105) ressalta que:

[...] os aldeamentos, a exemplo das reservas demarcadas no início do século XX, foram instituídos despoticamente pelo Governo Provincial ou Estadual para atender a interesses estratégicos de ocupação-colonização, nos limites das fronteiras (demográfica e econômica) [...].

Entre os anos de 1848 e 1881, foram implantados no Rio Grande do Sul os primeiros núcleos indígenas, destacando como principal, o aldeamento de Nonoai no extremo norte da província, seguido pelas aldeias de Guarita, no Noroeste, Pontão e Campo do Meio na região dos campos de Vacaria (BRINGMANN; NOTZOLD, 2011).

De acordo com Kozenieski (2016) na microrregião de Erechim existem atualmente cinco reservas indígenas, sendo essas, Guarani-Votouro e Mato Preto pertencentes à etnia Guarani, Ventarra, Votouro e Votouro/Kandoia ocupadas por índios

Kaingang, totalizando uma abrangência de 15.038,4279 hectares de área territorial. De acordo com Constituição Federal do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, encontrando-se na fase do processo administrativo demarcatório entendido como delimitado, declarado e regularizado, conforme previsto pelo Decreto Federal nº 1775/96.

Durante o período de expansão das frentes colonizadoras, apesar de todos os confrontos dos Kaingang para expulsar os brancos, os caciques foram vencidos, tornando o aldeamento a única possibilidade de sobrevivência. Os grupos aldeados transformavam-se em forças militares a serviço da conquista, potencializando as inimizades entre os indígenas. Se um grupo se aliava ao branco produzia a desavença com todos os grupos resistentes. No final do século XIX a maior parte dos grupos indígenas haviam sido conquistados (KOZENIESKI, 2016; INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

A miscigenação do paulista com o indígena deu origem a população cabocla. Com o passar dos anos, a esses grupos, juntaram-se novos fluxos migratórios de foragidos da justiça, refugiados da Guerra dos Farrapos (1835) e da Revolução Federalista (1893) (DUCATTI NETO, 1981).

Segundo Machado (2001) as principais atividades econômicas da população cabocla no norte do Rio Grande do Sul baseavam-se na agricultura de subsistência (plantio de milho, arroz, feijão, batata e mandioca), a criação de animais, o tropeirismo e o extrativismo de erva-mate.

Importante destacar que a erva-mate foi inicialmente utilizada pelos povos indígenas, conforme destacado por Baldissera e Cima (2008, p. 82) “[...] eles sabiam que essa planta dava resistência ao cansaço, reduzia a fome e a sede quando tomada em forma de chá ou mastigando suas folhas [...]”. Mais tarde, os bandeirantes, ao saberem do mate, experimentaram e divulgaram entre os portugueses, assim, o chimarrão (herança dos guaranis) tornou-se um hábito muito presente até os dias de hoje.

A erva-mate destacou-se como um dos principais produtos comercializados no século XIX. Armazenava-se o seu estoque em um paiol<sup>5</sup>, o qual deu origem a denominação Paiol Grande para Erechim (ZARTH, 1997). De acordo com o referido autor, ao estar vinculado aos estancieiros na condição de agregado, às companhias

---

<sup>5</sup> Depósito de cereais, materiais em geral, ou produtos agrícolas.

colonizadoras, ao Estado, ou aos mercados, o caboclo mantinha certa estabilidade territorial, e por essa razão não deveria ser considerado um nômade. Cabe destacar que a maior parte dos ervais eram públicos, viabilizando:

[...] o acesso aos agricultores pobres ao extrativismo e às roças, por outro lado essa mesma condição era muito instável à medida que a terra estava sujeita a um processo de privatização pelas elites locais, que aos poucos transformaram os ervateiros em proletários sem terras, forçando-os a emigrar para áreas inóspitas e devolutas ou a submeter-se à condição de peões das estancias em substituição aos escravos (ZARTH, 1997, p. 43).

Tedesco e Vanin (2017, p. 68) enfatizam que:

[...] as terras que pertenciam ao governo - que se mantinham em grande volume e desocupadas -, na impossibilidade de serem adquiridas, fosse por compra ou doação, passou a ser apropriada pela população popular que avançava sobre o oeste e sul do país. Desse modo, o avanço das frentes de expansão, em decorrência dessa irregularidade institucionalizada, produziu uma intensa apropriação das terras devolutas do Império.

Conforme estabelecido pela Lei de Terras, “os pequenos agricultores e ervateiros, assim como os estancieiros, eram posseiros e tinham o direito à propriedade”. A nova legislação criou obstáculos, impedindo o acesso às terras. A legalização dos registros realizava-se nas paróquias, e as despesas ficavam a cargo do requerente da posse, o que impedia o comparecimento daqueles com menor poder aquisitivo pelo fato de habitarem áreas distantes, ou não conhecerem as novas leis (REICHERT, 2008, p. 53).

Ainda segundo o autor, para os caboclos dos ervais públicos, que antes eram camponeses relativamente independentes, não restaram muitas opções, senão tornarem-se trabalhadores submissos nas fazendas, proletários nos ervais ou penetrar mata a dentro em terras inóspitas ainda devolutas. E com a crise da erva-mate no início do século XX, a situação do caboclo se agrava ainda mais, aqueles que “são excedentes de mão-de-obra dos ervais e das estancias adaptam a sua identidade camponesa aos serviços da colonização” e passam a auxiliar na medição dos lotes; na derrubada da mata; abertura das estradas; e extração da madeira. Todavia, depois da instalação dos colonos e da transformação da mata em roça, a mão-de-obra cabocla novamente passa a ser excedente.

À medida em que a fronteira agrícola definida pela apropriação dos colonos de origem europeia avançou, as comunidades caboclas sofreram expropriações de suas

terras, migrando mata adentro, para outras terras ainda devolutas, sendo algumas dessas de uso mais precário em terrenos pedregosos e escassos de fertilidade natural. A estabilidade não era mantida por muito tempo, logo, a fronteira econômica induzia nova retirada, e novo alojamento. Ressalta-se que na maioria dos casos, o destino final foi a migração para outros estados, nas periferias das cidades no norte do estado e da grande Porto Alegre (MAESTRI, 2005; CARINI, 2010).

À medida que a colonização vinha-se aproximando do rio Uruguai, diminuía os espaços da população cabocla. As companhias de colonização e o governo encontraram uma série de dificuldades ao colonizar as matas do Noroeste, diante da presença de milhares de posseiros, que não possuíam título legal das terras. Para colonizar a região, o governo precisava disciplinar o acesso à terra, delimitando para cada família um lote. A delimitação das terras era algo novo para os caboclos, acostumados a certa liberdade de migrar pelo interior da floresta, sem se preocupar muito com as questões legais da posse da terra (ZARTH, 1998, p. 72).

Do ponto de vista de Kozenieski (2016) é importante diferenciar a colonização do Rio Grande do Sul de outros processos de (i)migração que ocorreram no estado. Nesse caminho, Waibel (1958, p. 206) esclarece que:

O termo 'colonização europeia' empregada aqui não se refere ao estabelecimento do sistema de latifúndios pelos antigos povoadores portugueses, mas aos processos pelos quais, durante cerca de 120 anos, uma classe de pequenos proprietários rurais de origem europeia está tomando posse de terras e estabelecendo comunidades próprias.

O autor compreende que a chegada da colonização ao norte do Rio Grande do Sul, em grande medida, não ocorreu de forma espontânea, o processo foi através da constituição de colônias organizadas, supervisionadas e dirigidas por segmentos sociais, como o próprio Estado, através do governo federal, pelas províncias (ou estados), e municípios, ou por iniciativas particulares, através de companhias ou proprietários de terras. Nesse caminho, aponta-se que o governo nacional visava proteger o estado do Rio Grande do Sul contra supostos ataques dos vizinhos argentinos e grupos indígenas ocupantes das áreas de matas. Portanto, com a abolição da escravidão havia a necessidade de mão-de-obra, os colonos se tornariam pequenos agricultores livres, auxiliando na ampliação do mercado interno através da força de trabalho. A imigração motivou a produção de excedentes, superando a forma de produção agrícola das comunidades caboclas.

A introdução do imigrante europeu teve como um de seus princípios superar a agricultura praticada pelos caboclos, pois a produção de excedentes agropecuários para abastecer os núcleos urbanos era uma situação que obrigava os governos a incentivar a colonização com produção diversificada de excedentes, o que só poderia ser feito pelo colono. A prerrogativa era de que as terras de mata fossem vendidas aos colonos imigrantes que desde 1824 vinham se multiplicando na província (CONTERATO, 2004, p. 50).

O processo de desenvolvimento da região de Erechim inicia-se no século XX, marcada pela autonomia concedida aos estados em coordenar a organização e a expansão de suas terras, incluindo a questão da imigração, que deixou de ser subvencionada pelo governo federal desde 1891. A responsabilidade em questão passou a ser dos estados através da Diretoria de Terras e Colonização. Assim, o Rio Grande do Sul passa a comandar a imigração e organizar a criação dos primeiros núcleos populacionais (SKOWRONSKI, 2008).

Através do ato nº 38 de 21 de outubro de 1902, foi criado o 7º distrito da cidade de Passo Fundo, o qual foi subdividido em nove sessões. No entanto, em 1905, o mesmo foi proscrito, e o seu território subdividido entre o 3º e o 6º distrito da cidade de Passo Fundo (FÜNFGELT, 2004).

No que se refere a colonização da região de Erechim, a demarcação das terras iniciou em 1904 em razão do traçado ferroviário São Paulo - Rio Grande que seria construído. Cabe destacar que as primeiras ferrovias foram instaladas no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, sendo a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRG) a responsável pela interligação entre as regiões sudeste e sul (RIBEIRO, 2019).

Com a intenção de promover a ocupação territorial, e dinamizar a economia local, a assinatura do contrato, para o início dos estudos relativos à implantação da Estrada de Ferro, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul ocorreu em 1888. Ficando a cargo do Engenheiro João Teixeira Soares. Em 1889, após a conclusão dos referidos estudos, foi concedida pelo Governo Imperial, a autorização para a construção do empreendimento. Entretanto, com a Proclamação da República no mesmo ano, houve a perda de juridicidade da concessão Imperial, sendo esta reafirmada pelo Governo Republicano, com a alteração de algumas cláusulas. A empresa belga *Compagnie Chemins de Fer Sud Quest Brésiliens* recebeu a concessão em 1890, foi responsável pela construção do trajeto integral da ferrovia, partindo de Itararé/SP até Santa Maria/RS (RIBEIRO, 2019).

No ano de 1891 houve a transferência da concessão da maior parte da ferrovia para a Companhia União Industrial dos Estados do Brazil, referente ao trecho Itararé/SP – Cruz Alta/RS, sendo novamente transferida em 1894, para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. No ano de 1896 as ferrovias do estado do Rio Grande do Sul foram encampadas pela União (constituindo a Viação Férrea do Rio Grande do Sul), assim, os trechos Santa Maria – Cruz Alta, e Cruz Alta – Rio Uruguai também passaram a ser controlados pelo governo. Apenas após a concessão da EFSPRG pela *Brazil Railway Company* (criada em 1906) é que todo o trajeto da ferrovia foi concluído. Em 1910 houve a conclusão do trecho União da Vitória/PR a Marcelino Ramos/RS (RIBEIRO, 2019).

Na construção da ferrovia, a rude e penosa empreitada de trabalhadores migrantes e imigrantes, com pás, picaretas e ferramentas rudimentares e precariedades de toda sorte, venceu profundos vales, cortou penhascos, abriu metal, ergueu estações. Da então Estação Barro, hoje Gaurama, até a Estação Alto Uruguai, atual Marcelino Ramos, passando pela Estação Viaductos, foram construídos 40 quilômetros de declividade, edificando-se cinco viadutos, tendo em média 20 metros cada um (CHIAPARINI *et al*, 2012, p.62).

A linha férrea mencionada no trecho acima localiza-se entre as atuais cidades de Viadutos e Gaurama, e representa através da técnica de construção belga, um patrimônio histórico-cultural. Em Marcelino Ramos, a antiga EFSPRG transpôs o Rio Uruguai, estabelecendo a ligação do estado com Santa Catarina, Paraná e São Paulo. *A priori* foi construída uma ponte provisória de madeira em 1910, para assim, garantir a travessia das composições no prazo estabelecido pelo contrato. Entretanto, no dia 29 de novembro de 1911, um contratempo marcado por um período vazante do Rio Uruguai destruiu o empreendimento. Em razão dessa fatalidade, o transporte de passageiros e mercadorias foi realizado através de balsas, até 22 de junho de 1913, quando a nova ponte em estrutura metálica (permanecendo até hoje) foi inaugurada. Importante destacar que quando a ponte provisória foi destruída e levada pelas águas, a nova travessia já estava em construção, desde 1910 (CHIAPARINI *et al*, 2012).

A EFSPRG deu início a uma série de transformações socioespaciais na região, baseadas, sobretudo na apropriação privada das terras e no processo de colonização das mesmas. A ligação com mercados distantes, o transporte de passageiros; transnacionalizou setores capitais, industriais e financeiros; facilitou ocupações em regiões pouco habitadas; dinamizou o comércio e a mobilidade espacial da população (TEDESCO; SANDER, 2002). Conforme o plano previsto pelo governo, à medida em que

a ferrovia era instalada, a região crescia progressivamente, povoados formaram-se no entorno das estações, evoluindo posteriormente para vilas e cidades.

A implementação da Colônia ocorreu oficialmente em 1908, por iniciativa do governador do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa Gonçalves. A demarcação do povoado que viria se chamar Erechim ocorreu em 1909, a cerca de 5.587 metros a noroeste da estação (onde hoje Getúlio Vargas está situado). Sua ocupação iniciou a partir de 1910, com a venda de lotes rurais através da Comissão de Terras, e também pelas empresas colonizadoras privadas, Luce Rosa & Cia Ltda, e a JCA (CHIAPARINI *et al*, 2012).

Conforme o Decreto nº 313 de 4 de julho de 1900, cada colono receberia cerca de 25 hectares de terras para as atividades de cultivo destinadas à indústria agrícola, além de ferramentas necessárias para o trabalho. O prazo estabelecido para o pagamento das dívidas (aquisição da terra e auxílios prestados pelo Estado) era no máximo cinco anos (FÜNFGELT, 2004).

As primeiras edificações foram construídas em 1910, o escritório da Comissão de Terras, a enfermaria, um barracão para o armazenamento de materiais, e outros dois para a hospedagem dos novos habitantes. Entre estas edificações havia a necessidade da abertura de linhas e caminhos internos para o trânsito dos cargueiros, e também a projeção de estradas de rodagem ligando às estradas gerais ou ferrovias. Desse modo, previu-se, a reserva de certa margem de terrenos, sendo de 15m destinadas para as estradas vicinais e 25m para as estradas gerais (GIARETTA, 2008).

Cabe destacar que até 1911 as estações ferroviárias já estavam concluídas na Colônia Erechim (atual Erechim), Barro (atual Gaurama), Viadutos e Marcelino Ramo. E em 1913, a ponte sobre o Rio Uruguai, ligando a estrada de ferro ao estado de Santa Catarina (CASSOL, 1979; DUCATTI NETO, 1981). Nesse mesmo ano, já havia cerca 10.000 habitantes de diversas etnias (alemã, italiana, francesa, austríaca) instalados na Colônia, além de diversas edificações, entre as quais, dezesseis casas comerciais, uma farmácia, dois hotéis, duas sapatarias, duas barbearias, duas padarias, duas marcenarias, cinco engenhos a vapor, três engenhos a água, duas alfaiatarias, três cervejarias, uma relojoaria e uma olaria (DUCATTI NETO, 1981).

Além das empresas colonizadoras já apresentadas em linhas anteriores, outras companhias também atuaram na região: a Companhia Colonizadora Rio-Grandense, que em 1918 colonizou uma área com cerca de 11.384 hectares nos atuais municípios de Áurea, Centenário e Carlos Gomes. E também a Sociedade Territorial Eberle,

Mosele, Ahrons<sup>6</sup> a partir de 1924 colonizando 5.760 hectares nos atuais municípios de Marcelino Ramos e Viadutos (CHIAPARINI *et al*, 2012).

O Relatório da Comissão de 1912 aponta que o povoado Erechim (Paiol Grande)<sup>7</sup>, considerado o mais importante da Colônia, não estava situado em uma localização favorável. Essa culpabilidade se dava em razão da pressa pela implantação da colônia por conta da grande quantidade de novos habitantes que chegavam à região. Segundo Cassol (1979, p. 128) o avanço populacional da nova colônia ocorreu em um ritmo muito acelerado, em 1915 em média 27.259 habitantes já ocupavam a região, “[...] dos quais 7.114 eram brasileiros, 5.721 poloneses, 246 suecos, 3.652 alemães, 1.827 italianos, 722 austríacos, 106 espanhóis, 74 franceses, 734 portugueses e 7.863 de diversas nacionalidades”. Neste período, cerca de 5.062 lotes rurais já estavam demarcados e, 4.763 ocupados, e quanto aos lotes urbanos, 1.360 estavam demarcados e 593 ocupados (RELATÓRIO 1913).

Em relação a produção agrícola da Colônia, as primeiras práticas produtivas dos migrantes estavam associadas ao extrativismo, a derrubada das matas e a agricultura. Conforme Fünfgelt (2004) em 1913 além dos insumos considerados suficientes para assegurar a subsistência dos habitantes, também haviam excedentes para exportação, entre os produtos destacavam-se a erva-mate, o feijão, a batata inglesa e a madeira.

O responsável pelo projeto de ocupação da região foi o engenheiro agrimensor Carlos Torres Gonçalves. Ressalta-se que rápido crescimento da Colônia Erechim motivou a criação de uma nova sede que se localizaria próximo a linha férrea (inaugurada em 1910), tornando mais viável a sua administração e desenvolvimento (SKOROWNSKI, 2008). Sendo assim, entre 1912 e 1915 foi construído por Germano Müssig, com o material disponível na região. O empreendimento conhecido como Castelinho (devido ao seu estilo arquitetônico), que abrigou a Comissão de Terras do Estado do Rio Grande do Sul. Um órgão público que projetou e demarcou as ruas, avenidas, lotes urbanos e rurais da cidade é a mais antiga construção em madeira existente até os dias atuais na área central de Erechim. O prédio foi tombado em 1992 como patrimônio histórico e cultural do Governo do Estado, e, em 1998 passou a ser propriedade municipal (CHIAPARINI *et al*, 2012).

---

<sup>6</sup> Empresa colonizadora formada pelo engenheiro Rudolph Ahrons, de Porto Alegre.

<sup>7</sup> Primeira sede da Colônia.

Era a Comissão de Terras que tomava todas as providências: construiu barracões para abrigar provisoriamente os colonos, forneceu as primeiras ferramentas, mediu os lotes, forneceu agrônomos, dentista, médico, orientação gratuita sobre problemas de demarcação e assistência em geral [...] (BALDISSERA; CIMA, 2008, p. 64).

O projeto arquitetônico foi refeito nos moldes de 1915, representando um grande desafio, pelo fato das plantas ou qualquer registro escrito da construção não existirem mais. Dessa forma, a recuperação de sua identidade foi realizada a partir de fotos, e relatos. As obras de restauração ocorreram entre os anos de 1995/96, a arquiteta responsável pela obra foi Rosely Hachmann (GARCEZ, 2018a).

Entre as características marcantes da construção destaca-se a presença de lambrequins<sup>8</sup>, os beirais emoldurados em formatos de arcos sustentados pelo telhado. Na fachada principal, destaca-se um brasão simbólico (em forma de estrela) e um mastro para o hasteamento de bandeiras. Segundo Chiaparini *et al* (2012, p. 54) não foram utilizados pregos na construção do edifício. Tudo “era fixado por meio de encaixes e pinos feitos da (e na) própria madeira”.

O Castelinho, conforme descrito por Prestes (2012), foi também a primeira edificação da cidade construída com banheiro interno, e instalações hidráulicas (a água era bombeada com um cata-vento).

Com o decorrer do tempo, aconteceram modificações que alteraram as feições do prédio. O madeiramento de sentido horizontal foi mudado para vertical. A mão francesa foi substituída por pilares. A cerca frontal de madeira passou a ser em alvenaria [...]. A fachada norte recebeu um anexo de dois pavimentos, que manteve o mesmo estilo do prédio e serviu para ampliar o espaço disponível [...]. O rendilhado foi se alterando com a troca de madeira. Criou-se o porão, com paredes de alvenaria, em todo o perímetro sob o edifício e sob as varandas que deixaram de estar em balanço (CONFORTIN, 2018, p.8).

Figura 01 - Castelinho, 1912.

Figura 02 - Castelinho, 2021.

---

<sup>8</sup> Peças de madeira recortadas e aplicadas nos beirais representando rendilhados.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa  
Font – Erechim



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Considerado um dos marcos fundacionais que representa a inserção do imigrante na região, além das funções administrativas exercidas na época da Comissão de Terras, a edificação abrigava outros serviços como enfermaria e escola (PRESTES, 2012, p. 74). Ainda segundo a autora, o Castelinho foi protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul (IPHAE)<sup>9</sup> “através da Portaria nº 04 de 1991, e inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 66”. Como Propriedade do Governo do Estado do RS, a edificação foi passada para os cuidados da Prefeitura Municipal de Erechim (PME), ainda no ano de sua proteção, e doada através da Lei nº 11.229/1998.

Neste contexto, é importante destacar a diferenciação entre as definições de preservação e tombamento. Segundo Rabello (2009), a preservação pressupõe um conceito genérico, é a ação do Estado na conservação da memória, seja de acontecimentos históricos, ou valores culturais de uma coletividade (famílias, grupos sociais, município, estado ou nação). Essas ações por sua vez, ocorrem através de funções administrativas (incentivadas), e legislativas (normas e leis). O tombamento caracteriza-se como um dos mecanismos jurídicos que visa pela proteção do patrimônio cultural contra destruição, demolição, ou qualquer tipo de dano, ou descaracterização.

<sup>9</sup> O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado foi criado em 23 de novembro de 1990. É responsável pela instrução técnica do tombamento de bens culturais (SECRETARIA DA CULTURA, 2022). Disponível em <<https://cultura.rs.gov.br/instituto>>.

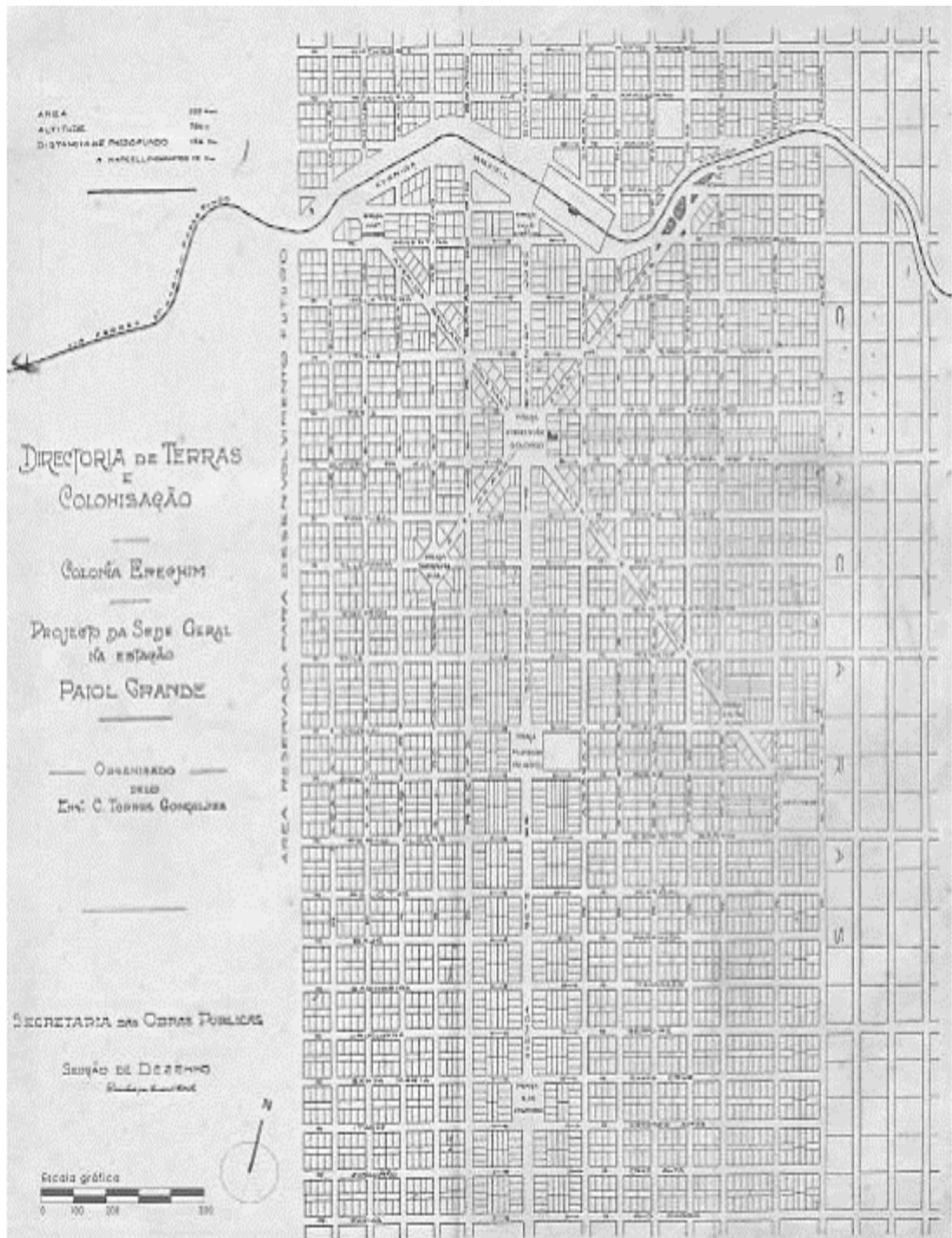
Destaca-se que ações de manutenção e reparos, seja em qualquer segmento, devem ser previamente autorizadas.

Ainda com base na descrição do autor, a preservação pode ser analisada por dois caminhos: institucional e privado. O primeiro corresponde às práticas do Estado, ou seja, o município, que partindo de uma política de preservação, irá conservar a sua história. Já o segundo, condiciona as relações sociais, juntamente com as práticas dos usuários (famílias) que buscam resguardar as edificações em suas características originais no âmbito do espaço urbano.

Desde o ano de 2013, o Castelinho permanece fechado. Ressalta-se que o mesmo recebeu em 2021, da Secretaria de Cultura e Turismo um projeto de restauração, prevendo espaços para exposições e oficinas, áreas de circulação, convivência e lazer, acessível à toda a comunidade. Após a realização dos trâmites legais para a execução das obras (ainda não há data confirmada), estima-se que o prazo para conclusão é de dois anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, 2021).

Em relação a demarcação das terras da nova sede, o processo iniciou-se em 1914 quando Torres Gonçalves precisou adequar-se ao Decreto n. 247 de 19 de agosto de 1889, assinado por Borges de Medeiros. O referido Decreto “propunha a ocupação de terras próximas a ferrovias ou rios navegáveis, área de cerca de 300 hectares para povoação”. O traçado deveria propor “uma avenida principal com cerca de 20 metros dividindo a área em duas partes iguais, onde seriam reservados alguns lotes para as praças e nos demais se demarcariam os lotes com 1250 m<sup>2</sup>” (SKOROWNSKI, 2008, p. 41).

Segundo Chiaparini *et al* (2012) o projeto urbano (figura 04) foi apresentado a nova sede ainda em 1914, baseado na corrente positivista ordem e progresso, com influência no urbanismo barroco de Washington (1791), Paris (1850) e Belo Horizonte (1897). A malha xadrez dispõe de um traçado geométrico com uma praça central em formato oval (conforme exposto no capítulo 2), a qual foi denominada como Cristóvão Colombo (atual Praça da Bandeira), para onde convergem quatro avenidas diagonais e quadras de extensões regulares.



Fonte: Fünfgeht, 2004 apud Prefeitura Municipal de Erechim.

De acordo com Roche (1969, p. 218) “raras são as cidades que tem outro traçado como Erechim, onde se adaptou o projeto das ruas e das praças à topografia

(diagonais e semicírculos nas colinas, praças circulares). Mas a distribuição dos lotes ali se efetuou com a mesma regularidade”.

A avenida principal foi delineada em uma largura de quarenta metros no sentido norte sul, já as ruas transversais são de menores dimensões, vinte e cinco metros, e as diagonais cruzando a Praça medem trinta metros. A Praça central (da Bandeira) tornou-se centro político, administrativo e religioso, onde nas décadas seguintes ao seu entorno foram instalados a Prefeitura Municipal (1929 a 1932), o Fórum (1954) e a Igreja “matriz”, a Catedral São José (1927 a 1935 a primeira em alvenaria) e (1969 a 1977 a atual)<sup>10</sup>. As quadras planejadas seguiram padrões pré-estabelecidos, com variações em relação ao dimensionamento dos lotes, as de maiores dimensões encontravam-se nas proximidades da avenida central e praças (FÜNFELT, 2004). Conforme essa autora, o local escolhido para o estabelecimento da sede,

[...] possuía uma topografia irregular, entrecortada pela linha de trens. Ao norte, aproximadamente a cem metros da linha de trens, o relevo se acentua, e a última rua projetada se localiza na borda de um vale. Já na parte sul, a topografia se regulariza, com apenas algumas ondulações, as quais voltam a se acentuar na parte oeste. Isso fez com que as dificuldades topográficas, para a implantação do traçado, fossem detectadas durante a implantação do plano. Foram executados, então, diversos cortes e aterros, em grande parte das ruas da cidade, para a adequação do projeto ao relevo, especialmente na área adjacente à praça Cristóvão Colombo (FÜNFELT, 2004, p. 22).

Segundo Skorowski (2008) por conta do relevo acidentado, houve a necessidade de manobrar a terra para que o traçado pudesse ser implantado, processo que resultou no alto declive de algumas ruas da cidade. No que se refere a arquitetura, a estruturação implantada não se relacionou ao traçado moderno idealizado pelos planejadores. A população de migrantes da região veio em busca de terras, com a pretensão de tomar posse, morar e trabalhar. Nos lotes urbanos, além das residências, eram reservados locais para a criação de animais (galinhas e porcos), hortas, pomares e área de lazer.

Chiaparini *et al* (2012) descrevem que as primeiras edificações em madeira construídas nos quarteirões, eram de arquiteturas simples e rústicas, em parte pela urgência dos colonos em estabelecer moradias, e em outra pela escassez de materiais e recursos ofertados pela Comissão de Terras.

---

<sup>10</sup> Informações complementares encontradas no site:  
<https://erechim.rs.leg.br/institucional/historia/historia-da-cidade> acesso em 15 de abril de 2021.

Apesar da diversidade étnica de imigrantes europeus, a similaridade das casas é justificada pela origem italiana da maior parte dos construtores da época, que seguiam o modelo das edificações rurais das Colônias Velhas. As edificações, em sua maioria, destacavam-se por paredes com tábuas largas, de aproximadamente 30 cm, vedadas por mata-juntas<sup>11</sup>, nos telhados haviam grandes inclinações (herança europeia), para não acumular neve, destes, os primeiros eram construídos com lascas de madeira, e posteriormente substituíam por telhas de zinco ou telhas de cerâmica. Os comércios eram abrigados no térreo, e as moradias na parte superior obedecendo a ordem predeterminada em relação ao alinhamento da rua, conforme o traçado estabelecido pelo plano. A madeira, um importante setor da economia por décadas, era extraída da mata abundante na região. Nesse período, as vias implantadas receberam pavimentação, vegetação e iluminação (CHIAPARINI, *et al* (2012).

Em algumas destas edificações existiam porões, que por sua vez, foram construídos em pedras, e abaixo do nível da rua, por conta dos problemas topográficos encontrados no local, após a abertura das estradas. Estes espaços eram utilizados, na maioria das vezes como depósitos de ferramentas, entre outros mantimentos. Cabe salientar, que o hábito da construção do porão, em alguns casos, permanece até os dias atuais na cidade, normalmente a residência é edificada sob pilotis<sup>12</sup> mesmo que a edificação esteja em terreno plano. O fechamento é feito em alvenaria, e o espaço utilizado como depósito (FÜNFGELT, 2004, p. 64).

A necessidade de receber e comercializar os produtos agrícolas e ao mesmo tempo abastecer a área rural com todo o tipo de artigos industrializados resultou na criação de casas comerciais diversificadas, onde se encontrava de tudo, e que foram se consolidando, tornando-se prosperas empresas (MENE-GATI *et al*, 2000, p. 55).

A casa comercial de maior renome: Saule Pagnocelli & Filhos (Figura 05) instalou-se na cidade em 1917 e chamava-se Economia do Povo. As atividades comerciais ali desenvolvidas atendiam aos moradores locais, e de outras cidades da região, assim como aos viajantes que passavam pela estação ferroviária (PRESTES, 2012).

Os comércios vendiam inicialmente produtos básicos para suprir as necessidades cotidianas das pessoas. Entre estes produtos, destacavam-se o milho, feijão,

---

<sup>11</sup> Ripa de madeira utilizada para tapar as brechas das tábuas.

<sup>12</sup> Conjunto de colunas que sustentam uma edificação (casas, edifícios, escolas).

trigo, ferramentas, querosene, tecidos, louças e outros artefatos (CHIAPARINI, *et al* (2012).

Figura 04 - Casa comercial da família Pagnocelli em 1918.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim

Essa edificação foi destruída pelo fogo em 1926, em seu lugar foi construído, em 1931 o primeiro prédio de alvenaria da cidade, implementado com a mesma firma (Saulle Pagnocelli & Filhos) a estabeleceu-se como a mais forte entidade comercial da região, atuando no comércio de ferragens e materiais de construção. A expansão das atividades econômicas atraiu novos moradores e investidores para a cidade, elevando o contingente de trabalhadores. Neste processo, enquanto a demanda por habitação aumentava, a cidade se expandia a partir da avenida central.

Referente a locação da sede, o processo teve início em 1914, seguida da aprovação do projeto pelo engenheiro Norberto de Barros Lacerda. Com o propósito de facilitar o escoamento da produção agrícola, o Estado interligou as estações ferroviárias aos povoados através de estradas de rodagem internas. Essas estradas eram mantidas pelos colonos que prestavam o trabalho como forma de pagamento. O governo considerou que os recursos direcionados ao auxílio prestado aos imigrantes poderia ser aplicado na Viação Férrea. Através do Decreto nº 2098/1914 propôs o fim da imigração subsidiada, iniciando o processo de imigração espontânea (FÜNFGELT, 2004).

As empresas passaram a dar continuidade à venda dos lotes em terras. Em 1915, a empresa Colonizadora Luce & Rosa possibilitava a compra dos lotes com preços mais acessíveis, e, dividia em três parcelas anuais, enquanto as terras do Estado tinham prazo para pagamento imediato de 1/3 do valor dos lotes, sendo o restante dividido em cinco anos. Durante o período de instalação, a empresa prestava a assistência necessária para o sustento dos colonos, em troca de produtos agrícolas, produzidos por eles (BENINCÁ, 1990). Nesse período já havia aproximadamente 520 habitantes na nova sede, denominada por “Paiol Grande”.

Em 1916 o governo tomou a decisão de transferir a sede da Colônia para Paiol Grande, paralelamente formou-se uma Comissão pró emancipação. O Decreto Governamental nº 2.342 assinado por Antônio Augusto Borges de Medeiros<sup>13</sup> em 30 de abril de 1918, foi enviado para a Assembleia dos Representantes. O ato apresentava a assinatura dos moradores, e descrevia a prosperidade da Colônia (extensão territorial, produção, desenvolvimento agrícola, facilidade no fluxo de mercadorias pelas estações férreas, renda, comércio e indústrias) (SKOWRONSKI, 2008). Atendendo a solicitação da população, o Governo, por meio do referido Decreto elevou Paiol Grande à categoria de Município, denominando-o como “Vila Boa Vista”, tendo como intendente o engenheiro Ayres Pires de Oliveira<sup>14</sup> (FÜNFGELT, 2004).

Em relação as edificações, conforme mencionado em linhas anteriores, em sua totalidade, eram construídas em madeira, que por sua vez, ainda era abundante na região e representava grande importância econômica nesta época. Na figura seguinte é possível observar a ocorrência de um desmatamento em função da abertura da vila, e implantação das propriedades e cercados. No entorno das moradias, nota-se o estoque de madeira empilhada, possivelmente aguardando o embarque para exportação.

---

<sup>13</sup> Advogado e político brasileiro. Tonou-se cinco vezes presidente do Rio Grande do Sul durante a República Velha.

<sup>14</sup> Engenheiro civil e político brasileiro foi o primeiro intendente da cidade de Erechim de junho a setembro de 1918.

Figura 05 - Vila Boa Vista no ano de 1917.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim

Entre as espécies de árvores utilizadas na infraestrutura urbana e rural, até a metade do século XX, destaca-se a araucária, onde tudo poderia ser utilizado.

[...] a madeira, não só é de grande beleza, como tem todas as condições de elasticidade e resistência, podendo ser utilizada em obras de marcenaria, carpintaria, vigamentos, caixotaria, etc.; a fibra é considerada das melhores para a fabricação de papel; a resina da base dos ramos do pinheiro têm larga aplicação em pequenos objetos de luxo e o seu poder calorífico é comparável ao de carvão de pedra; a casca e os galhos podem também ser utilizados como combustível (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1945, p. 133).

A derrubada da mata, segundo Roche (1969) está diretamente ligada às primeiras necessidades dos colonos. Considerada o marco das atividades ligadas à extração, a madeira serviu essencialmente como matéria-prima para a construção de moradias, cercas, e ampliação das áreas agricultáveis. Inicialmente as serrarias eram engenhos de serrar, onde as árvores (pinheirais) eram divididas em toras, chegavam arrastadas por juntas de bois tonando-se “tábuas, linhas, caibros, mata-juntas, tabuinhas, sarrafos e costaneiras” (ILLA FONT, 1983, p. 113).

A derrubada das matas da região contribuiu na construção da infraestrutura rural e urbana. A madeira também atraiu e fomentou uma intensa relação de comércio, promovendo assim, a instalação de muitas indústrias madeireiras, serrarias, balsas, e

comércio externo. Ou seja, formou-se uma cadeia produtiva, entorno da principal atividade econômica daquela época (SALINI, 2018).

A partir do desenvolvimento do setor madeireiro, os estabelecimentos envolvidos nesta atividade, assumiram maior porte, tornando-se grandes indústrias, nesse processo a madeira passou a ser destinada para exportação até San Thomé e Passo de Los Libres na Argentina por meio de Viação Férrea, e em volume maior, pelo rio Uruguai através de balsas<sup>15</sup> Ressalta-se que até a década de 1950, o rio Uruguai foi fundamental para a exportação da madeira (ILLA FONT, 1983).

Nos centros das balsas, faziam um abrigo, feito de taquara e de folhas [...]. Somente era levado o necessário. Ao lado, tinha outro rancho da mesma forma onde havia uma caixa de terra para fazer o fogo e cozinhar. A viagem durava de 10 a 11 dias, trabalhavam 8 a 10 homens. As tarefas eram pesadas e muito trabalhosas, o rio era traiçoeiro, com sol ou com chuva tinham que seguir para não perder a enchente [...] (HELL, [2001-], p. 30,31).

Figura 06 - Transporte de madeira por balsas no leito do Rio Uruguai em 1930.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim

Tedesco; Sander, 2005 p. 206, 207) acentuam que:

Em termos econômicos, o setor madeireiro teve um significado profundo no norte do estado. Além de promover processos de ocupação do espaço natural (terra), criou vínculos produtivos e comerciais, ligou a região com mercados distantes; possibilitou uma rede de atores sociais e econômicos; originou conflitos e definições políticas locais; abriu espaço para o capital estrangeiro, para acumulação de capital e fortalecimento de um determinado segmento

<sup>15</sup> Jangadas de madeira eram amarradas umas nas outras em fileiras nos pontos de embarque. Quando o rio atingia o nível necessário, a carga era liberada.

social; fortaleceu a diversificação econômica; destacou a economia regional e estadual; concretizou o princípio positivista do progresso e da ordem social, sem, contudo, atentar para a resolução das contradições sociais decorrentes.

Além de favorecer o surgimento das primeiras construções em Erechim (moradias, serrarias, ferrarias, casas de ferragens, hospitais, hotéis, bancos, entre outras, até meados da década de 40), o setor madeireiro impulsionou a dinâmica econômica, promovendo o vínculo de relações produtivas e sociais na região do início do povoamento até meados do XX (marcado pelo fim do seu ciclo devido o esgotamento dos recursos madeireiros economicamente viáveis (CHIAPARINI, *et al*, 2012). Neste período, entre as atividades econômicas da região, destacava-se a agroindústria, através da produção e comercialização da carne suína (ILLA FONT, 1983). O fato de a cidade estar localizada próxima a via férrea, facilitava a comercialização de produtos.

A cidade alcançou grande desenvolvimento comercial, e este sempre esteve relacionado à agricultura: “se a agricultura ia bem, também ia bem o comércio e a indústria” (BALDISSERA, CIMA, 2008, p. 92). Nas lavouras de subsistência, os colonos criavam suínos para o consumo da família. Inicialmente a banha era produzida de forma caseira e artesanal para o consumo da família, posteriormente, transformou-se em uma atividade comercial, representando o quarto lugar nas exportações. Através da instalação de pequenos matadouros e refinarias de banha, surgiram os frigoríficos em toda a região. Importante acrescentar que também ocorria a exportação de suínos vivos para São Paulo através do transporte ferroviário (GROCH; SANTOS; BEARZI, 2018 p. 84).

A erva-mate também se destacou como uma grande influência na economia da região, a planta que já era conhecida e consumida pelos indígenas, passou a ser apreciada também pelos imigrantes. O plantio de ervais se intensificou, e o produto passou a ser exportado para os mercados tradicionais do Prata. Cabe ressaltar que o milho, utilizado principalmente como alimento para os suínos, representou grande importância para a economia local (ILLA FONT, 1983).

A agricultura se desenvolveu gradualmente, e estava relacionada diretamente com a ampliação das áreas apropriadas para os cultivos, a partir do desmatamento. Outros fatores contribuintes para a ampliação da produção foi a quantidade de trabalho familiar, e a melhoria nos instrumentos para o plantio (KOZENIESKI, 2016). Diante do progresso das atividades econômicas, o comércio precisava receber e

comercializar os produtos agrícolas, assim como, abastecer a área rural com mercadorias industrializadas. As famílias Pagnocelli<sup>16</sup> e Massignam<sup>17</sup> se destacaram pela prestação de serviços voltados para tais necessidades (FÜNFGELT, 2004).

No que se refere às várias denominações da cidade, Chiaparini *et al* (2012) descrevem que após a comemoração do centenário da Independência do Brasil, no dia 07 de setembro de 1922, a Vila denominada “Boa Vista” passou a se chamar “Boa Vista do Erechim”.

A cidade de Erechim foi se configurando do início do século XX, e manteve a mesma característica até meados dos anos 30, “uma planta geral com um traçado moderno” ocupada por construções em madeira. A técnica da construção em madeira foi se aperfeiçoando com o tempo, “os casarões simples do início foram se transformando em chalés. Ganhando curvas, janelas envidraçadas, peitoris trabalhados”. A principal característica da arquitetura deste período são os lambrequins (MENEGATI *et al*, 2000, p. 61).

A casa Rigoni (Figura 8), localizada na segunda parte da avenida central, começou a ser construída entre os anos de 1927 e 1928, período em que as ruas do plano urbano estavam sendo delimitadas, e o município composto em sua maioria, por edificações de madeira (PRESTES, 2012). A autora destaca que a referida construção foi realizada em quatro etapas, de acordo com o estilo das primeiras edificações de madeira, executada por construtores de descendência italiana, a casa original, inicialmente era de dois pavimentos, toda de madeira. Elevada ao nível da rua, a entrada era voltada para a avenida central. Outro aspecto marcante naquela época era o banheiro localizado nos fundos do terreno em uma “casinha” separada da edificação.

Com o passar dos anos, a casa Rigoni passou por algumas transformações, entre estas, aumentaram-se os cômodos, foram construídas outras partes em alvenaria, assim como no térreo, a estrutura do porão, que até os dias de hoje sustenta um comércio, (barbearia), modificou-se também a entrada principal, e a fachada com três janelas (PRESTES, 2012).

---

<sup>16</sup> Atuava no comércio de ferragens e materiais de construção.

<sup>17</sup> Secos e molhados, fazendas e miudezas.

Figura 07 - Casa da família Rigoni, em 1928.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim

Figura 08 - Casa da família Rigoni, em 2022.



Fonte: Acervo da autora, 2022.

A década de 1930 é marcada por grandes transformações na paisagem central da cidade, novas normas são estabelecidas pelo prefeito Amintas Maciel, através do Ato nº 22 de 12 de fevereiro de 1931 proibindo edificações e reformas em madeira naquela parte da avenida. Conforme Skowronski (2008, p. 113), com a disseminação das construções de alvenaria, as diferenças entre a primeira parte da avenida, onde concentrava-se o centro urbano, e a segunda parte (mais residencial), onde localizava-se a casa Rigoni ficaram bastante evidentes.

Neste mesmo período ocorrem três grandes incêndios na história da cidade (SKOWRONSKI, 2008, p. 113). O primeiro, na noite de 08 de novembro de 1931, iniciou-se durante uma sessão cinematográfica no cinema Avenida, da família Noal, destruindo doze casas situadas na parte mais central, entre as Avenidas José Bonifácio e Joaquim Brasil Cabral e na Rua Torres Gonçalves (ILLA FONT, 1983).

“No começo da noite de 8 de novembro (1931), ao iniciar-se a sessão cinematográfica, irrompe no cinema Avenida incêndio que atinge grandes proporções, destruindo doze casas da quadra compreendida entre a Rua Torres Gonçalves e a Avenida Joaquim Brasil Cabral. Era um dos locais de maior movimento comercial da vila, sendo enormes os prejuízos. O fogo devorou casas de comércio, joalherias, café, hotel, açougue, padaria e uma farmácia. Após insano trabalho populares e elementos do destacamento da Brigada Militar conseguiram isolar o prédio em que funcionava o Banco da Província” (ILLA FONT, 1983, p. 222).

Sobre o acontecimento, o jornal Diário de Notícias noticiou a seguinte manchete: *“Violento incêndio destruiu, na noite de domingo, doze prédios do ponto mais central de Boa Vista do Erechim”*. De acordo com o comunicado, o fogo iniciou no cinema Avenida, localizado junto a Avenida José Bonifácio. A causa do incêndio



Figuras 10 e 11 - José Bonifácio. Primeiro incêndio em 08/11/1931.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim.

Conforme detalhado por Skowronski (2008, p. 142):

Esse incêndio abalou a população que demorou a reorganizar sua vida e reconstruir suas moradias. Alguns ainda migraram para áreas fora da avenida vendendo seus terrenos no centro. A reconstrução não seria fácil pois diversas imposições já vigoravam por lei e limitavam o tipo de edificação que seria construído na avenida principal, como o uso dos materiais construtivos, a altura dos edifícios e os adornos, o que geraria custos bastante elevados

Ainda, de acordo com Skowronski (2008), não existem registros imobiliários dos imóveis antes do incêndio, o que dificulta a realização de uma análise mais detalhada sobre a permanência das famílias (que tiveram suas propriedades destruídas pelo fogo) nestes terrenos centrais. Ressalta-se ainda, que todas as edificações eram asseguradas pela empresa privada Livonius Administração e Corretagem de Seguros Ltda, portanto, todos os proprietários foram ressarcidos. Cerca de sete meses mais tarde, ainda em fase de avaliação dos danos causados pelo primeiro sinistro, o mês de junho supostamente de 1932 é marcado pelo segundo incêndio ocorrido na Avenida José Bonifácio (atual Maurício Cardoso).

Nesse ocorrido, onze edificações de madeira foram destruídas (praticamente uma quadra inteira, incluindo várias casas comerciais que perderam toda a sua mercadoria). Cabe destacar que não foi encontrado qualquer registro documental (fotos e notícias de jornais). As informações em relação ao mesmo foram obtidas por fontes indiretas de acordo com as descrições de autores de obras variadas.

Illa Font (1983, p. 226) descreve que: “durante as festas juninas a Vila é sacudida por outro grande incêndio. O fogo começa na casa Matté e vai se propagando rapidamente aos outros prédios até a esquina da Rua Alemanha”. Segundo Ducatti

Neto (1981) apresentou-se a hipótese de que o incêndio se originou a partir do arremesso de um foguete durante as festividades juninas, na direção do prédio incendiado (propriedade do Sr. Walter Matte).

O terceiro e último incêndio, sem causas apuradas, ocorreu em 1933, resultando em graves prejuízos. Cerca de cinco prédios foram incendiados, entre eles, o depósito de produtos que abastecia a cidade, além de residências e comércios.

“O fogo se origina no prédio contíguo ao estabelecimento da firma Saulle Pagnoncelli & Filhos. Dessa vez o vento sopra de norte para o sul. As chamas se propagam do café Elite, de propriedade de Hugo Alovise, Victor e Valdomiro Boeira, às casas vizinhas e somente se detém no Hotel Itália, de Antonio Sgarabotto, cuja parede lateral fora intensamente rescaldada por populares que acorreram em grande número (...)” (ILLA FONT, 1983. p. 234).

Figura 12 - Incêndio em 1933.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim.

Os incêndios modificaram drasticamente a paisagem do núcleo central da cidade, acelerando o processo de modernização das moradias e vias. Na década de 1930, as edificações coloniais em madeira deram espaço às construções em alvenaria, em estilo Eclético<sup>18</sup> (Figura 14). Para a reconstrução das edificações em alvenaria, seguiu-se algumas normas estabelecidas, juntamente com a idealização dos proprietários que buscavam reproduzir a arquitetura encontrada em cidades como Porto Alegre, capital do estado (CHIAPARINI *et al*, 2012).

<sup>18</sup> Estilo que surgiu na Europa no final do século XIX, no momento em que a industrialização passou a oferecer novos materiais como o concreto e o aço para as construções (CHIAPARINI *et al*, 2012).

Figura 13 - Vista parcial da Av. Mauricio Cardoso em 1928.



Figura 14 - Vista parcial da Av. Mauricio Cardoso em 1943.



Fonte: Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim.

As novas edificações foram construídas em dois pavimentos “uma sequência homogênea de predinhos” alinhados paralelamente ao passeio. Dentro do estilo que dominava o Brasil e a Europa, todos tinham fachadas profusamente enfeitadas, com frisos e sacadas de pequenas dimensões voltadas para a rua. Seguindo as mesmas características anteriores, o térreo era utilizado para atividades comerciais, e a parte superior para moradia das famílias. O objetivo da nova implantação arquitetônica era melhorar a qualidade das construções, proteger possíveis novos incêndios, e possibilitar um aumento na densidade populacional da área central da cidade (CHIAPARINI *et al*, 2012).

Em vista de modernizar a cidade, Amintas Maciel estabeleceu o primeiro Código de Construções para Boa Vista do Erechim, regulamentando através do Ato nº 73/1933 toda e qualquer edificação da cidade. A nova implantação do Código de Posturas atendeu também a determinação do Governo do Estado, estabelecendo a obrigatoriedade da licença para qualquer obra (construção, modificação ou demolição) dentro dos limites do perímetro urbano (CHIAPARINI *et al*, 2012). O crescimento populacional aliado ao desenvolvimento da industrialização de produtos agrícolas,

contribuíram para o surgimento de novas edificações em outros estilos. A expansão horizontal da cidade rompeu os limites do plano urbano, contribuindo na consolidação de bairros e novas centralidades (PRESTES, 2012).

A década de 1940 foi marcada pelo novo estilo arquitetônico Art Déco<sup>19</sup> trazido pelo imigrante austríaco, José Pohl. Diferente daquelas do período anterior, as novas edificações construídas em vários pavimentos, apresentam um design abstrato com fachadas caracterizadas pelo formato geométrico e ritmo linear. Em sua maioria este estilo foi inserido nas edificações em lotes triangulares ou nas esquinas formadas pelas avenidas ortogonais (CHIAPARINI *et al*, 2012).

Figura 15 - Estilo Art Déco construído no fim da década de 40 na esquina da Av. Presidente Vargas com a Rua Aratiba.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim.

As ruas da área central da cidade receberam pavimentação e ajardinamento. Ressalta-se que o último estilo de grande representação arquitetônica foi o Modernista<sup>20</sup> (grandes residências da elite, em sua maioria eram propriedades de famílias tradicionais do município). Na Av. Maurício Cardoso conforme planejado pela Secretaria de Obras, foram instaladas duas pistas de rodagem, cada uma medindo oito metros de largura, além de um canteiro central de quatorze metros, com

<sup>19</sup> Art Déco significa arte decorativa “oriundo das artes gráficas do século XX (Chiaparini, *et al*, 2012).

<sup>20</sup> A Arquitetura Moderna é composta por formas simples, e geométricas, os seus principais materiais.

ajardinamento, arborização, e calçadas em “*Petit-Pavé*”<sup>21</sup> em duas tonalidades (FÜN-  
FGELT, 2004). Nas laterais foram os passeios foram revestidos com ladrilhos  
hidráulicos formando diferentes mosaicos, como pode ser observado na figura a  
seguir.

Figura 16 - Av. Maurício Cardoso na década de 50.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim.

Segundo Chiaparini *et al* (2012) em meados do século XX, intensificou-se o crescimento populacional e a expansão da malha urbana. Na medida que se desenvolvia, a cidade (atual Erechim) mudava de nomenclatura. Em 05 de abril de 1938, através do Decreto nº 7210 assinado pelo Interventor Federal, Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, uma nova denominação foi estabelecida: “José Bonifácio”. Importante destacar que esta data também marca a divisão administrativa e jurídica da cidade.

A partir de 1940, o município passa a ser responsável pela regulação dos lotes, e amplia as potencialidades como centro de comercialização e industrialização de produtos agrícolas. Em 1944, José Bonifácio passa a se chamar definitivamente “Erechim”<sup>22</sup> (CASSOL, 1979).

<sup>21</sup> Conhecida como calçada portuguesa, as pedras (calcário e basalto) em formato irregular são utilizadas especialmente na pavimentação de passeios para decoração.

<sup>22</sup> A origem do nome de Erechim remete aos antigos habitantes indígenas da região. Erechim significa “Campo Pequeno”, provavelmente porque os campos da região eram cercados por florestas.

Até o ano de 1947, o desenvolvimento da cidade seguiu o plano inicial projetado por Carlos Torres Gonçalves. A partir de 1948, o traçado original não foi mais seguido, os lotes diminuíram consideravelmente de tamanho, e o núcleo urbano se expandiu (BALDISSERA; CIMA, 2008).

Acompanhando o desenvolvimento da cidade, e as transformações das edificações, outras obras também modificaram o espaço urbano. Na década de 1950, a Prefeitura Municipal de Erechim efetuou obras de reforma e qualificação do traçado viário, que recebeu calçadas padronizadas (em frente às edificações) para pedestres, ao longo das avenidas centrais, ruas pavimentadas, e também áreas de estar arborizadas. Para os veículos transporem a linha férrea, foi construído o viaduto Rubem Berta (inaugurado em 1968). A atual Praça da Bandeira, recebeu projeto paisagístico, um chafariz, e um mosaico representando o trabalho (no arado) dos imigrantes europeus que colonizaram a cidade (PRESTES, 2012).

Ainda conforme descrito pela autora, a verticalização das edificações desencadeou profundas transformações culturais. A construção da primeira edificação com altura de 12 pavimentos ocorreu em 1957, e denominou-se Condomínio Erechim. Desde então, no entorno da principal avenida, considerada economicamente uma área valorizada por concentrar diversos comércios e atividades, as edificações mais antigas, em sua maioria, foram sendo substituídas por prédios em altura, para a funcionalidade de uso comercial e também residencial.

O processo de urbanização, na cidade de Erechim está relacionado a duas mudanças econômicas ocorridas a partir da década de 1950, e intensificada com o governo militar nas décadas seguintes: a modernização da agricultura e a industrialização. A primeira expulsou milhares de camponeses da zona rural. A segunda atraiu milhares de trabalhadores para as cidades. Ambas são faces da mesma moeda: uma agindo como força repulsiva, e outra como força atrativa (PSIDONIK, 2004, p. 38).

No período compreendido entre os anos de 1950 e 1970, por conta modernização agrícola, ocorre uma pequena redução da população rural, como demonstra a tabela 2. As pessoas deixam as suas terras (por serem pequenas e produzirem pouco) para fornecerem mão-de-obra nas indústrias emergentes, e na construção civil. A partir de 1970 (ano do grande marco da urbanização erexinense associado a grandes investimentos ao setor produtivo e industrial) ocorre uma série de mudanças significativas no quadro demográfico, a população rural reduziu progressivamente, tendo cada vez menos representatividade no cômputo geral. E em apenas duas décadas (1980-

2000), o número de habitantes na área urbana superou os da área rural. Uma das justificativas deste processo, foi a necessidade de aumentar a produção de alimentos para atender a demanda populacional.

Tabela 01 - Crescimento da população urbana em Erechim: 1950 – 1970.

<b>População</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Rural</b>	104.866	36.382	14.743	12.890	10.290	8.730	5.535
<b>Urbana</b>	14.663	29.590	33.934	48.224	60.023	78.621	90.552
<b>Total</b>	119.529	65.972	48.677	61.114	70.313	87.351	96.087

Fonte: Adaptada de Zanella, 2004, p. 29.

Em relação a emancipação dos municípios ressalta-se que entre os anos de 1950 a 1960 ocorreu o desmembramento de Gaurama, Campinas do Sul, Erval Grande, São Valentim e Viadutos. Entre 1960 e 1970 foi a vez de Barão de Cotegipe, Severiano de Almeida, e Jacutinga. De 1970 a 1980, Áurea, Estação, Erebango, Entre Rios do Sul e Faxinalzinho. Na década de 1990 aos anos 2000 foram desmembrados os municípios de Charrua, Barra do Rio Azul, Carlos Gomes, Centenário, Ponte Preta, Floriano Peixoto, Benjamin Constant do Sul, Cruzaltense, Paulo Bento e Quatro Irmãos<sup>23</sup>.

O processo de modernização desencadeia mudanças na agricultura. Nesse período (1960-1970) “o capitalismo chega na agricultura, que submetida ao mercado e ao setor financeiro, proporciona a concentração da terra e da produção, priorizando certos produtos – trigo, depois soja”, e da policultura avança para a monocultura de exportação. As pequenas fábricas ou indústrias domésticas dão lugar as agroindústrias de médio e grande porte (PSIDONIK, 2004, p. 42).

De acordo com Piran (2001) os produtos passam a ser comprados no mercado; as sementes que, antes, eram do próprio agricultor, agora são híbridas; o solo começou a ser corrigido com adubos químicos. A relação com o comércio passa a ser muito mais intensa, e o sistema financeiro, promove programas de financiamento para a agricultura incorporar a chamada Revolução Verde, uma estratégia do Governo dos Estados Unidos, a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em meados do século XX, em distribuir no mundo um sistema de produção de alimentos, e de matérias-primas e produtos agrícolas, com a finalidade de aumentar a produtividade e o

<sup>23</sup> Informações disponíveis em <<https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/22547/a-grande-erechim-desmembramento-do-territorio>>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

cultivo (áreas que antes produziam cerca de 20 ou 30 sacos por hectares, passaram a produzir até 70).

Segundo Brum (1985, p. 93), a agricultura moderna é a fase agrícola,

[...] que se caracteriza pelo uso intensivo, a nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheita sofisticados.

Ainda com base nas considerações do autor, a transformação da agricultura tradicional para a moderna resultou na modificação nos produtos cultivados, as fontes de energia, e os instrumentos de produção utilizados nas propriedades rurais. O processo de industrialização em Erechim remonta o início do século XX, até os anos 70, as indústrias limitavam-se a produtos de consumo local, ligadas ao setor alimentício (necessário para a sobrevivência regional) sem produção de excedentes para outros locais.

Aos poucos, outros setores da indústria ligadas a extração vegetal (erva-mate e madeira) começam a se destacar. Surgem também as indústrias de banha e derivados suínos. A produção baseada no uso de “energia humana, animal, da água e do vento, passa-se para uso de derivados de petróleo (KOZENIESKI, 2016, p. 180,181). Da mesma forma, alteram-se também o uso das ferramentas, como enxada, foice, arado de tração animal, máquinas manuais para o plantio, entre outras, para o uso do trator, da colheitadeira automotriz, do caminhão, etc.

Segundo Chiaparini *et al* (2012, p. 162,164), a década de 70 é considerada uma linha divisória na história de Erechim, além da mecanização do campo, marca a instalação da BR 153 que proporcionou a chegada de grandes estabelecimentos comerciais (Grazziotin, Incosul e JH Santos) com menores preços, maior diversidade e qualidade de produtos; e a criação do Distrito Industrial Irany Jaime Farina, “criado, em 30 de dezembro de 1978, pela Lei nº1.659, com o objetivo de propiciar a implantação de empresas industriais”. A implantação definitiva ocorreu em 1979, em uma área de 66 hectares, localizada às margens da BR 153. A transferência da primeira empresa (Dal Prá Esquadrias Metálicas Ltda) ocorreu em 1981. Ressalta-se que a presença em maior número de indústrias deu-se no ramo metalmeccânico, seguida pela produção de móveis e setor de alimentos.

Essa conjugação de fatores implicou em uma nova configuração urbana, a cidade passa a receber um grande contingente populacional, e aumenta-se a demanda por espaços públicos. Entretanto, a irregularidade dos parcelamentos tanto no dimensionamento, quanto na disponibilização de áreas públicas, contribuiu para o estreitamento dos arruamentos. A ausência de uma legislação específica que regulamentasse o parcelamento dos solos em Erechim, resultou na comercialização de lotes entregues sem a infraestrutura completa, principalmente na área suburbana da cidade.

Esse grave problema da expansão urbana ocasionada por interesses privados modelou as cidades brasileiras. Tardiamente a partir da Lei Federal 6.766/1979 foi regulamentada a destinação de áreas públicas como, o sistema viário, as áreas verdes e institucionais, ou obrigatórias no parcelamento dos solos em loteamentos, garantindo as expansões urbanas nas áreas destinadas à apropriação pública e comunitária (CASSOL, 1979).

A consolidação das áreas mais periféricas das cidades brasileiras ocorreu de forma muito semelhante. Em um primeiro momento a população ocupa determinado espaço e constroem as suas moradias com os poucos recursos disponíveis (papelão, compensados, pedaços de madeiras). As terras ocupadas geralmente é propriedade de alguém (privada ou estatal). Em alguns casos, quando o proprietário não for o Estado, recebe indenização, em outros casos não. Os moradores, dentro de suas possibilidades, tentam melhorar as condições das casas, substituindo os materiais (madeiras, tijolos). Logo, inicia-se a luta pela inclusão na sociedade, exige-se do poder público a instalação de uma infraestrutura adequada ao bairro. Em alguns casos, projetos de urbanização são implantados, e novas moradias são construídas para as famílias. Em outros casos, os proprietários legais reiteram as suas posses, expulsando os moradores do local.

Para Corrêa (1989, p. 66) “a segregação residencial implica necessariamente em separação espacial das diferentes classes sociais fragmentadas”. Nesse sentido, a tendência do crescente processo de urbanização é empurrar os bairros mais pobres para áreas cada vez mais distantes.

No caso do Bairro Progresso em Erechim, quando os primeiros habitantes se fixaram em meados da década de 1940, havia muita terra disponível. Cada morador demarcava o seu espaço e constituía a sua moradia. Psidonik (2004) em seu trabalho “Progresso do outro lado da BR 153” relata a chegada das famílias que vinham de

várias regiões próximas a Erechim, em busca de emprego e moradia na área urbana da cidade.

Logo que os primeiros habitantes chegaram no Bairro Progresso não havia nenhuma infraestrutura, apenas mato e isolamento. A ausência desses serviços está relacionada a dificuldade do acesso à terra., tal dificuldade tem sido fator determinante de carências e desigualdades sociais. Nas cidades, de modo geral, os altos preços do solo urbanizado determinam a segregação e precariamente providas de serviços públicos (PSIDONIK, 2004, p. 60,61).

Diante da aceleração do desenvolvimento urbano, surgiram as habitações populares. De acordo com Fünfgelt (2004) o desenvolvimento da cidade de Erechim ficou regulamentado por 68 anos pelo código de obras da década de 30, embora este estabelecesse algumas regras, não atendia mais a demanda do crescimento da população. O plano diretor instituiu o zoneamento urbano através da Lei nº 1733/81, o qual parcela a cidade em setores de atividades, determinando uso e índices para cada zona delimitada. A área central era mantida como centro comercial. O plano estendeu a zona comercial central por toda a extensão da Avenida Sete de Setembro.

A autora destaca que nesse mesmo período verificou-se a necessidade de ampliar o perímetro urbano, pois os limites da cidade eram os mesmos determinados em 1938, no entanto a solicitação para a ampliação foi negada. De acordo com Zambonato (2000, p. 54),

A cidade era praticamente só o centro. O restante era considerado área suburbana e como tal, o imposto era mínimo. Havia propriedades a algumas quadras do centro da cidade, dispendo de toda a sorte de equipamentos urbanos, tais como água, luz, calçamento, telefone, colégio e hospital, mas que estavam cadastrados como área rural.

A aprovação da requisição ocorreu apenas em 1977, quando o perímetro urbano chegou a uma área aproximada de 2600 hectares (seis vezes maior que a área anterior). Toda a área considerada suburbana até então, tornou-se urbana, vários loteamentos foram implantados, ocupando parte dos vazios existentes, a malha foi novamente expandida, e conjuntamente, criaram-se novas áreas sem ocupação, à espera de valorização imobiliária. A criação de loteamentos em áreas mais afastadas do centro a preços mais baixos, valorizou os terrenos das áreas centrais (FÜNFGELT, 2004).

Ainda de acordo com a autora, no ano de 1992, um Plano Diretor “Emergencial”

foi elaborado para a cidade, o qual instituiu uma nova lei de zoneamento. Em relação ao plano anterior a principal alteração refere-se à delimitação da altura de edificações (45 metros ou 15 pavimentos). O incentivo à verticalização marca o início da década de 90. Em 1993 aproximadamente 243.000 m<sup>2</sup> de construção foram aprovados na cidade. Em 1994 o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) entrou em vigor, com novas políticas para o avanço da cidade. Este novo plano “altera completamente o zoneamento urbano e cria novas políticas” como instituição da “permuta de índice construtivo”. Tal permuta poderia ocorrer, na área adjacente a área central. O índice máximo previsto para esta zona seria de 3,5, sendo que, “com a permuta, se poderia chegar ao índice máximo de 5,0, permitido somente na área central, novamente adensada e taxas de ocupação que possibilitavam o uso de 100% do lote na base da edificação” impermeabilizando todo o terreno. Com o passar do tempo, os índices foram modificados por nova Lei, passando para 3,5 o índice máximo, podendo chegar até 5,0 através da permuta (FÜFGELT, 2004, p. 50,51). O Plano Diretor implantado no ano de 2016 permanece atualmente vigente.

A história de Erechim, até os dias atuais, segue em seu constante processo de expansão urbana, “ao mesmo tempo em que se constroem prédios cada vez mais altos na área central da cidade,” conserva-se algumas construções históricas como patrimônios (Menegati *et al*, 2000, p. 182). Essas transformações na arquitetura impulsionaram a atual política de preservação patrimonial, contribuindo para a permanência das edificações mais antigas e simbólicas.

No que se refere ao desenvolvimento da política de preservação patrimonial da cidade, Prestes (2012) afirma que o processo iniciou-se em 1994, a partir do Plano Diretor que definiu a necessidade de criar e preservar edificações de interesse sociocultural. A partir de 2004, a estrutura institucional de tal política pública começou a se consolidar, juntamente com a Comissão de Assessoramento Técnico, responsável pelo reconhecimento das áreas de interesse. A partir da promulgação da Lei n.º 4.248/07, criou-se o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Erechim (COMPHAC), junto à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, para auxiliar na orientação, planejamento, e proteção do patrimônio cultural municipal.

Quanto ao termo patrimônio cultural, este pode ser altamente compreendido como a herança de um grupo social, uma leitura do passado através do presente. Os bens imóveis passam a ser institucionalizados e amparados pela lei de tombamento, ou seja, não podem ser demolidos (PRESTES, 2012). Conforme a autora, a história

urbana integrada nas edificações de uma cidade, possibilita múltiplas leituras e interpretações a cerca das relações sociais e memórias de diferentes indivíduos e grupos que nela residem, ou, a visitam por muitas razões.

A referida análise foi estabelecida pelo campo da Nova geografia Cultural, amparada no conceito de que a paisagem é cultura, e pode ser interpretada, explorada e investigada na interface da construção da memória, das identidades que acabam por se fundamentar no aparato mítico da paisagem, uma vez que os elementos históricos sempre remetem a memória de alguém ou de algum lugar, permanecem como partes constituintes de uma paisagem construída (Schama, 1996).

Desse modo verificaremos nos capítulos subsequentes, como as praças de Erechim, como patrimônio cultural, são preenchidas ideologicamente de sentidos identitários e simbolismos, que acabam por assentar e justificar o imaginário social referentes a aspectos de organização, desenvolvimento e até mesmo evolução da cidade.

## 2. AS PRAÇAS ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA

Os monumentos representam “um papel fundamental na criação e permanência de determinadas paisagens urbanas, impregnando lugares de valores estatísticos e simbólicos” (CORRÊA, 2007, p. 11).

Jacques Le Goff (1990) apresenta em sua obra “História e Memória”, as origens etimológicas dos termos monumento e documento, ressaltando as suas diferentes formas de uso no decorrer da ciência histórica.

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filosóficas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [...] desde a Antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco do triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funenário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (LE GOFF, 1990, p. 536).

Ainda, segundo o historiador, o documento é o resultado de uma montagem consciente ou não, da história, da sociedade que o constituiu, e também das épocas sucessivas, durante as quais continuou a existir. O documento permanece como monumento, seja como obra arquitetônica, escultural, documento histórico, iconográfico, ou qualquer elemento ou objeto que expresse a atividade e o pensamento de uma época. Já o monumento é o testemunho do poder, um legado à memória coletiva que perpetua-se, fazendo com que as gerações futuras recordem a sua existência.

Os monumentos da cidade enaltecem os empreendedores, que possuem rostos, corpos inteiros e figuras altivas vestidas dignamente, dinâmicas encenando a sua disposição, honestidade e altivez, representadas em matéria prima nobre, normalmente em bronze. Os trabalhadores, por sua vez, desfigurados, enaltecem sua força de trabalho e sua produção (COSTA, 2003, p. 70).

Neste contexto, ressalta-se a Praça do Imigrante, situada em Erechim/RS, entre as ruas Marcos Ochoa e José Giacomoni. Inaugurada em 1975, foi inicialmente denominada como Praça da Colonização. O espaço contempla alguns monumentos históricos (escolhidos por parte de alguns grupos sociais mais renomados na época

de sua criação) que acompanham a evolução da cidade durante as últimas décadas.

Representado com o formato de uma mão (Figura 17), o monumento reconhecido como Biênio da Colonização e Imigração Polonesa, foi doado pela Sociedade Étnica Instrutiva e Recreativa Rui Barbosa, um grupo motivado a sustentar os valores polônicos na região. A homenagem refere-se a chegada da primeira leva de imigrantes poloneses em Erechim, no ano de 1910 (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL ILLA FONT, 2021).

Além do referido monumento, também destacam-se os bustos confeccionados inicialmente com bronze, dos colonizadores pioneiros de Erechim, entre eles, Adam Chiocki nascido na Polônia, em Cracóvia, no ano de 1888. Chegou em Erechim em 1910, e tornou-se referência enquanto proprietário de uma casa de comércio – a Casa Polonesa, até 1931, quando faleceu aos 43 anos de idade (JORNAL BOM DIA, 2021a). De acordo com o relato de pessoas que vivenciaram a história da cidade, ressalta-se que este busto foi colocado posteriormente na praça, próximo aos quatro monumentos, dos pioneiros de origem italiana que já existiam no local. Entre estes, o busto de Atílio Assoni, nascido na Itália, em Cremona, no ano de 1866. Este chegou ao Brasil em 1873, e em Paiol Grande (Erechim), em 1903. Em 1906 empreendeu uma serraria, e uma casa comercial (próximo a praça, onde localiza-se atualmente o seu busto). Faleceu em 1943 (GROCH; SANTOS; BEARZI, 2018).

João Acchylles Massignan, também de origem italiana, nasceu em Montecchio Maggiori, no ano de 1871. Chegou no Brasil em 1880, instalando-se em Paiol Grande (Erechim) em 1916. Fundou uma casa de comércio, e dez anos depois, inaugurou uma agência de automóveis, da *Ford Motor Comapny*, contribuindo de forma significativa na economia e desenvolvimento da cidade. Massignan faleceu em 1955. O pioneiro Bortolo Balvedi, nascido na Itália, em Beluno, no ano de 1872, chegou ao Brasil em 1879, e em Paiol Grande (Erechim) em 1911. Em 1913, foi o fundador de uma das primeiras empresas da região, a Indústria de Bebidas Balvedi Ltda, que destacou-se como referência na história econômica regional. Faleceu no ano de 1936. E, João Carlon, gaúcho de Santa Tereza/RS nascido em 1890. Chegou em Boa Vista do Erechim (Erechim) em 1924. Iniciou as suas atividades com uma pequena fábrica de facas e canivetes, a qual, evoluiu para uma fábrica de peças para veículos de tração animal, tornando-se em 1936 uma fábrica de molas – Molas Carlon Ltda, que durante anos foi considerada a única fábrica de molas do estado do Rio Grande do Sul. Carlon faleceu em 1951 (GROCH; SANTOS; BEARZI, 2018).

Percebe-se que a construção da praça em questão, está imbricada a uma intenção política, pois a presença do monumento referente ao Biênio rememora o evento da colonização da cidade, marcada pela presença dos poloneses que, segundo Ducatti Neto (1981), depois dos caboclos, foram os próximos povoadores de Erechim, destacando-se em variadas atividades econômicas. Porém, o discurso predominante da colonização, atrelado ao desenvolvimento do município, desconsidera de certa forma, as verdadeiras origens que iniciaram com a marcante presença indígena.

Figura 17 - Praça do Imigrante 2021.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

A praça do Imigrante há muitos anos vêm enfrentando ações de criminalidade e depredação do patrimônio público, conforme pode ser observado na imagem da figura anterior. Os monumentos foram danificados com pichações, quebras, e roubos, como o caso do busto de Adam Cichocki, retirado por duas vezes do local (sendo o segundo busto doado pela família do homenageado), não sendo repostado desde então<sup>24</sup>.

Em 1985, conforme noticiado pelo Jornal Voz da Serra (Figura 18), a praça dos Imigrantes recebeu obras de restauração através do setor de parques e jardins da Prefeitura Municipal. Ressalta-se que nesta obra (aparentemente a mais significativa),

<sup>24</sup> Em conversa com a arquiteta do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Erechim, foi informado que o responsável pela confecção dos moldes dos bustos faleceu, o que justificaria a não reposição até o momento.

o local recebeu o plantio de árvores, plantas arbustivas, e toda a grama no talude (que separa os bustos da via principal). Os bancos, lixeiras e luminárias também receberam reparos e pinturas, bem como, os bustos dos imigrantes, que já naquela época eram depredados através do uso de tintas, por alguns frequentadores. Conforme descrito no jornal, “o local era bastante utilizado por grupos de escoteiros, na execução de alguns de seus treinamentos” (JORNAL VOZ DA SERRA, 1985, p.10).

Figura 18 - Nota sobre a revitalização da Praça dos Imigrantes em 1985. Jornal Voz da Serra.

**Prefeitura melhora Praça dos Imigrantes**

A Prefeitura está recuperando a Praça dos Imigrantes, mas sua preservação depende de nós.

A Praça dos Imigrantes localizada logo após o Viaduto Ruben Berta, sentido centro-bairro, la- do direito, está sendo recuperada pelo setor de Parques e Jardins da Prefeitura Municipal. Os tra- balhos não estão total- mente concluídos, en- quanto que a beleza da praça também requer um certo tempo para poder se mostrar, especial- mente pela reposição de plantas que recebeu.

Naquele local a Prefei- tura providenciou o re- plantio de toda a grama “sempre verde” no talu- de. Também foi coloca- do terra sobre a grama para favorecer o cresci- mento desta, enquanto que a vegetação arbusti- va também foi plantada, optando-se por magnó- lias, buguevilles e cana- índica.

Estão igualmente sen- do recuperados os bustos existentes na Praça dos Imigrantes, que infeliz- mente foram atacados por vândalos que danifi- caram as imagens com a utilização de tinta. Ban- cos, lixeiras e as luminá- rias da praça também es- tão recebendo reparos para o melhoramento geral nas condições da pra- ça.

Na área que é bastante usada pelos escoteiros de nossa cidade para execu- ção de alguns de seus treinamentos e que também faz parte da Praça dos Imi- grantes igualmente fo- ram introduzidas melho- rias, como por exemplo o plantio de grama “sem pre verde” e buguevilles ao lado de cada legustre — árvore comum.

E claro que o tempo e especialmente a colabora- ção da população em ge- ral, são fatores determi- nantes para que as mel- horias introduzidas no local, possam verdadeira- mente surgir como tal. O objetivo não é apenas o de embelezar a praça, mas também de torná-la útil num lugar aprazível e que possa ser visitado pelas pessoas nos seus passeios.

A Voz da Serra - Sábado, 14/09/85, p.10

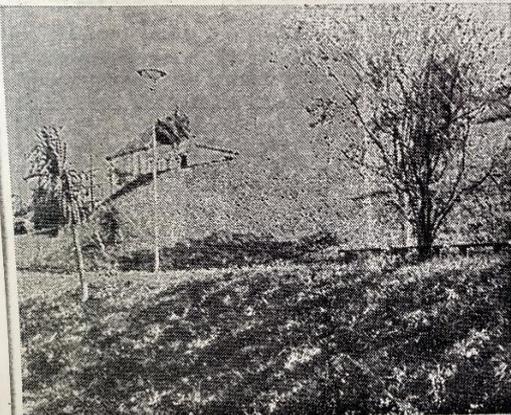
**LAVANDERIA JACKS**

Lavagem do vestuário a seco e em água.  
Lavamos tapetes e cortinas com o cimento an- ticipado.

Estamos fazendo stone-wash por peça no bal- ção e por quantidade para firmas comerciais.  
Fone 321-2221

Rua Torres Gonçalves, 37 — Erechim — RS

Vista geral da Praça com o plantio de grama. Melhorias nas luminárias e nos bancos



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim

Dentro da proposta que justifica a criação da praça, tem-se seguidamente a visita de turistas estrangeiros, alguns vindos da Polônia, ou de outros países, no intuito de conhecer o local, e os pioneiros que integraram no processo de imigração de Erechim. A praça destaca-se também como referência para estudantes e pesquisadores de diferentes localidades (JORNAL BOM DIA, 2019b).

Importante destacar que esta praça possui projetos que contemplam reformas, porém as obras não foram realizadas ainda pelo entendimento de tratar-se de um investimento público sem urgência. No entanto, realiza-se periodicamente, conforme observado na (Figura 19) procedimentos de manutenção no local, como limpeza, corte de grama e podas de árvores. Apesar de possuir barzinhos e restaurantes próximos ao seu entorno, a praça aparentemente, não apresenta uso frequente, visto que foi

observada em diferentes dias e horários.

Figura 19 - Praça do Imigrante 2021



Fonte: Acervo da autora, 2021

As praças foram construídas e utilizadas de diferentes formas ao longo do tempo, e normalmente, estão associadas a funções de lazer, convívio social, e embelezamento estético urbano.

Para Font (2003, p. 10) a partir da conceituação, daquilo que é percebido, da simples descrição, ou da caracterização “do que venha a ser praça, encontramos um número muito grande de definições, muitas atreladas às questões temporais, regionais e culturais”. Mais que estruturas físicas e materiais, as praças são repletas de diversos significados, intenções, e vivências associadas ao momento histórico no qual surgiram. Estes espaços, segundo Caldeira (2007), integram patrimônios ricos em história sobre a cidade, constituindo um local de identidade cultural, repleto de simbologias.

Enquanto formas simbólicas (estátuas, colunas, memoriais, templos), os monumentos representam mais do que meros objetos estéticos, “são representações materiais de eventos passados” intencionalmente “dotados de sentido político” (CORRÊA, 2007, p. 9-10).

A filósofa Marilena Chauí (2006, p. 138) contribui com esse pensamento, descrevendo que “[...] a memória é a evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais”. É neste sentido, que o lugar do

passado ganha permanência, supera a sua forma material e eterniza-se.

Em consônancia, Souza (2014, p. 104) compreende que “a memória é o instrumento que permite a atuação do passado no presente por meio das lembranças”. Ou seja, é uma forma de representação que oportuniza a criação de uma imagem do passado.

O historiador francês Pierre Nora (1993), em sua obra intitulada “Entre memória e história” desenvolveu a categoria conceitual de “lugares de memória”, ao investigar as marcantes transformações políticas, sociais e econômicas, ocorridas na França na década de 1970. Onde, constatou nesta época, o desaparecimento de antigas tradições, costumes, e paisagens.

À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história (NORA, 1993, p.15).

Nora (1993, p. 9) defende a distinção entre o significado de memória e história. Enquanto, “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas”. O autor ainda segue afirmando que,

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. [...] Tudo que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história (NORA, 1993, p. 9,14).

Ao se conceber os lugares de memória, compreende-se a importância de algumas praças enquanto espaços de representações e simbolismos referenciados ao passado.

No que se refere as fontes iconográficas, Motta (2012, p. 28) corrobora:

[...] o processo de construção de memórias implica escolhas entre os fatos do passado que, por alguma razão, determinado grupo considera que devem ser lembrados/rememorados; e, ao fazer escolhas, o grupo também sublima, oculta ou esquece outros fatos. Tal aspecto é de fundamental importância para delinear a relação entre passado e a história do tempo presente.

Para Burke (2004, p.17), a utilização das fontes iconográficas,

[...] nos permite ‘imaginar’ o passado de forma mais vivida. [...] nossa posição face a face com uma imagem nos coloca face a face com a história. O uso de imagens em diferentes períodos como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informações ou de oferecer prazer, permite lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite, etc. Embora textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais religiosa e política de culturas passadas.

A Praça da Bandeira, localizada no ponto mais central da cidade de Erechim, de onde convergem as dez principais avenidas: Av. Sete de Setembro, Av. Maurício Cardoso, Av. Uruguai, Av. Salgado Filho, Av. Amintas Maciel, Av. Comandante Kraemer, Av. Tiradentes, Av. XV de Novembro, Av. Pedro Pinto de Souza, e Av. Presidente Vargas, representa o marco inicial do traçado viário planejado por Torres Gonçalves em 1914 (SKOWRONSKI, 2008).

Ressalta-se que neste período (quando foi implantado o sistema viário), o local estava já destinado a ser praça. Conforme descrito por Fünfgelt (2004) até meados de 1932, ano de conclusão da Prefeitura de Erechim, a praça não possuía uma delimitação física, e chama-se Cristóvão Colombo.

Figura 20 - Praça da Bandeira na década de 20



Figura 21 - Praça da Bandeira em 1940.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font - Erechim

Conforme descreve Pereira (2018, p. 80) “quis o destino que a primeira identificação do recém chegado imigrante com o local fosse a diversão, o esporte para ser mais exato, uma vez que o local foi logo transformado no primeiro campo de futebol”. Com o intento de destacar a monumentalidade da prefeitura, a praça que era

demarcada apenas pelo tráfego de pedestres e veículos, recebeu obras de melhoramento, como terraplanagem, delineamento em formato de eclipse, instalação de postes de ferro para a iluminação, bancos, arborização e calçadas. Em 1938 foi rebatizada por Praça da Bandeira, através do Ato nº 93.

A partir da década de 1950 a Praça da Bandeira foi remodelada de acordo com o projeto elaborado pelo engenheiro urbanista Francisco Riopardense de Macedo (1921-2007), convidado pelo governo municipal em 1950 para assumir a Secretaria de Obras da cidade. Nos três anos que esteve em Erechim, realizou algumas mudanças no setor da prefeitura, entre elas, a requisição de projetos elaborados, a dinamização de serviços, como as pavimentações nas ruas, implantação de plano diretor, além da projeção e implantação de praças, de acordo com os padrões mais avançados na época (CHIAPARINI *et al*, 2012, p. 202).

Nesse sentido, as inovações de Riopardense de Macedo representaram um grande avanço urbanístico na cidade de Erechim. Em 1953, mais precisamente, a Praça da Bandeira, integrada à requalificação urbana, foi inaugurada como uma “nova praça”, transformada em uma área de convívio social. O projeto conciliou as tendências européias mais recentes da época, com as concepções dominantes nas grandes cidades brasileiras, conservando elementos de grande representatividade cultural e simbólica (CHIAPARINI *et al*, 2012).

Dentre tais elementos, ao constatar o mastro de 35 metros de altura com a bandeira brasileira (colocada em 7 de setembro de 1998), e o chafariz, construído em 1953, a partir de um modelo trazido da Itália em 1952 (ligação que remete a colonização) pelo professor Pedro Paulo Mandelli, irmão do prefeito da época, José Mandelli. Pode-se legitimar a praça, portanto, como um lugar de memória seletiva, voltada aos acontecimentos e significados do próprio local, sejam eles de caráter político ou social.

Figura 22 – Praça da Bandeira em 2021.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Lefebvre (1999, p. 46) assevera que a monumentalidade atua na perspectiva simbólica, “se difunde, se irradia, se condensa, se concentra” nas mais variadas formas, “além de sua fachada (se tem uma), de seu espaço interno”, sua amplitude ultrapassa os seus limites materiais. Neste sentido, os símbolos podem ser compreendidos como repositórios de significados estabelecidos por experiências profundas, construídas ao longo do tempo, envolvendo o ser humano e o lugar (TUAN, 1980).

Como partes constituintes da paisagem de determinados espaços públicos da cidade, os monumentos entendidos como formas simbólicas (estátuas, colunas, memoriais, templos) são “representações materiais de eventos passados”. Estes, porém, não representam apenas objetos estéticos, “são intencionalmente dotados de sentido político”, recebendo significância ou rejeição/indiferença ao longo do tempo (Corrêa 2007, p. 9-10).

Neste viés, também é importante destacar o busto e a carta testamento do Presidente Getúlio Vargas (Figura 23). Considerado um marco urbanístico da Praça da Bandeira, por seu tempo de existência, e também por demonstrar a legitimidade e as relações de poder que predominavam na época. Instalado na data de 5 de julho de 1955 (dois anos após a inauguração desta Praça), conforme informações da placa indicativa no local, o monumento foi oferecido por Leonel de Moura Brizola, Deputado Federal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na época do prefeito Mandeli Filho, também do partido PTB.

Figura 23 - Busto e Carta Testamento de Getúlio Vargas.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

É de suma importância ressaltar a inter-relação do monumento com a política feita por Getúlio Vargas, podendo, desta forma, pensar o lugar como parte constituinte da memória, seja dos indivíduos ou grupos sociais. Os monumentos, portanto, representam um legado à memória coletiva, carregam consigo uma “carga de concepções que o farão símbolo de uma mensagem que quis ser passada, de um aviso ou de uma instrução que desejou transmitir (RODRIGUES, 2000, p. 9).

Os monumentos compreendidos como fixos plenos de significados, e valores simbólicos, estão presentes na organização do espaço em diferentes temporalidades (CORRÊA, 2005). Lefebvre (1971, p. 17) complementa dizendo que “não há notícia histórica sem documentos”, sendo assim, “se dos fatos históricos não foram registrados documentos, ou gravados ou escritos, aqueles fatos perderam-se”. Exposições como monumentos, placas e objetos, servem para comprovar que a praça não é um arquivo, mas pode ser vista como um repositório da memória, de diferentes discursos ou símbolos de um grupo em um determinado tempo.

[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 1990, p. 535).

Além da diversidade arquitetônica e histórica, a Praça da Bandeira tornou-se centro político, administrativo e religioso, tendo em seu entorno a Prefeitura, a Câmara

dos Vereadores e a Catedral de São José. Atualmente desenvolve especificamente, um papel fundamental para a população local, pois além de racionalizar a dinâmica urbana, o ir e vir da população ao acesso de serviços, atividades comerciais e lazer, é um espaço cívico e festivo, onde ocorrem apresentações artísticas, feiras, festas comemorativas (natal), desfiles temáticos (sete, e vinte de setembro, relativos a independência do Brasil e a Revolução Farroupilha, respectivamente), manifestações públicas, dentre outros.

Entre os monumentos e símbolos da praça da Bandeira, destaca-se o Painel “Ao Colonizador”. O mosaico, obra do arquiteto urbanista Francisco Riopardense de Macedo, foi construído em *petit pavé* (pedras portuguesas), representando a vida dos imigrantes/migrantes na Colônia. Nesta obra, é possível observar o colono no cultivo da terra, a vestimenta e as ferramentas, arado e bois, o relevo, os pinheiros, e a cultura do trigo homenageando os colonos que auxiliaram no progresso da cidade de Erechim (PEREIRA, 2018).

Figura 24 - Painel “Ao Colono” executado no pavimento da Praça da Bandeira em 1953.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim

Figura 25 - Praça da Bandeira em 1956.



Os elementos retratados no mosaico estabelecem relações com o processo de colonização, o que representa a ênfase dada na colonização para o desbravamento das terras do município. O mosaico representa o discurso do mito da colonização, atribuindo às origens e o desenvolvimento do município somente aos colonizadores, esquecendo-se dos indígenas que foram os primeiros habitantes (CARON; TEDESCO, 2012).

Compreendidos de diferentes maneiras, os lugares/símbolos podem ser portanto, públicos, compartilhados e forjados através de edificantes significados, que foram construídos ao longo do tempo. O símbolo é a parte significativa do todo, superando sua forma material e sugerindo “uma sucessão de fenômenos que estão

relacionados entre si, analógica ou metaforicamente” (TUAN,1980, p. 26).

Compactuamos com o pensamento de LeGoff, onde o citado autor nos problematiza o conceito de história como uma seleção de fatos demarcados, por vezes, pelas influências dominantes nas diferentes temporalidades. Através desta perspectiva observamos que as praças de Erechim e seus respectivos monumentos coadunam em si símbolos que remetem a história do imigrante como grupo formador da cidade. Estes símbolos como nos considera Mircea Eliade “invocam a nostalgia de um passado mitificado” (ELIADE, 1996, p.13).

A praça Boleslau Skorupski localizada na área central da cidade, limitando-se com as ruas Portugal, Arnaldo Zordan, e com a Avenida Maurício Cardoso, também é mediada por alguns símbolos que destacam eventos e personalidades empreendedoras do contexto local, como nos remonta Costa (2003).

Com base nas informações contidas na placa descritiva da praça em menção, a mesma foi inaugurada em 18 de maio de 1991. Ressalta-se que anteriormente a esta data, o local apresentava-se como um canteiro de passagem entre as vias de veículos.

O seu nome homenageia um personagem considerado importante dentro do discurso oficial que exalta os feitos e sujeitos relacionados à colonização de Erechim, pois foi responsável pelas instalações elétricas nas propriedades rurais no período em que Erechim era uma colônia.

Figura 26 - Praça Boleslau Skorupski.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

A praça traz como ornamento, o Carro de Combate X (Tanque de Guerra) que

se apresenta como um atrativo turístico do lugar. Conforme descrito em um informativo junto ao monumento doado pelo Exército Brasileiro em parceria com a 10ª Circunscrição do Serviço Militar, em 24 de abril de 2005, o carro blindado é uma homenagem prestada aos 25 anos da Associação dos Reservistas de Erechim.

Além da representatividade do monumento, o espaço é relativamente usual, principalmente por pessoas mais idosas. Em seu entorno situam-se algumas lojas, posto de combustível e estacionamento rotativo, o que a caracterizam como rota de passagem.

Essas perspectivas, se apresentam como objetos de análise do capítulo subsequente, onde será abordada a refuncionalização das praças de Erechim, assim como os aspectos relacionados ao esporte nestes citados espaços. Destaca-se que o esporte pode ser entendido como uma práxis do contexto da contemporaneidade e se desdobra conseqüentemente em relações com a cultura e sociedade. O esporte, portanto, é imbuído de elementos culturais, costumes, assim como símbolos de determinados povos, sendo que a sua prática revela características da paisagem geográfica que a circunda (JESUS, 1999).

Nesse sentido iremos debater como este aspecto do esporte se apresenta nas praças de Erechim, analisando os elementos geográficos, sociais e simbólicos que refletem na sua paisagem.

### **3. REFUNCIONALIZAÇÕES: AS PRAÇAS ENQUANTO LUGAR DO LAZER E DO ESPORTE**

Desde o momento de sua criação, uma praça pode passar por readequação. Esse processo ocorre através da intervenção projetual, ou também a partir do uso/desuso, apropriação/desapropriação de seus usuários. Desta forma, a compreensão em torno destes espaços, passa por diversos aspectos “que formalizam a sua configuração espacial sobre determinado lugar (terreno), que envolve legislação e política, localizações e entornos, forma e função, estrutura física e vegetativa e, finalmente, uso” (OLIVEIRA, 2008, p. 226).

Um dos primeiros marcos paisagísticos de Erechim, ainda quando colônia, foi a Praça Cristóvão Colombo, atualmente nomeada de Praça da Bandeira. Como vimos no capítulo 2, o traçado urbano planejado por Carlos Torres Gonçalves apresentava como ponto inicial a citada praça. Este espaço se mostrou, portanto, como um elemento carregado de simbolismos para o então povoado que surgia.

No seu entorno, destacavam-se centros de poder, sendo estes: administrativos, religiosos e educacionais. Contudo, salienta-se que um aspecto se apresentou como significativo dentro deste contexto, a apropriação popular desse espaço, que resultou na abertura não oficial de um espaço destinado ao esporte. Como considera Pereira (2018, p. 80) “quis o destino que a primeira identificação do recém chegado imigrante com o local fosse a diversão, o esporte para ser mais exato, uma vez que o local foi logo transformado no primeiro campo de futebol”.

Esta afirmação demonstra que nem sempre os espaços planejados correspondem aos anseios da população, assim assim, apropriados de maneira distinta, o que justifica a demanda de espaços públicos na introdução da prática esportiva do município. Holgado e Tonini (2012, p. 136) compreendem que os locais podem ser transformados de acordo com os interesses e as necessidades relacionadas às atividades voltadas ao esporte. Nesse sentido, “pode-se criar uma relação entre um grupo de pessoas e um determinado espaço quando ocorre a prática informal do futebol”, onde as pessoas se apropriarão de determinado espaço em um dado momento, reconfigurando a função para esse local.

Com isso percebemos que o esporte, em uma conjuntura de povoamento da colônia, representou e simbolizou um elemento que proporcionou integração e lazer da população de imigrantes que ali se estabeleciam, assim como se mostrou como um

dos poucos espaços para se efetivar esta prática.

Através destes pressupostos, e amparados no pensamento de Denis Cosgrove (1998), podemos considerar e justificar nosso viés analítico na nova geografia, sendo que esta não se fixa somente em perspectivas econômicas, demográficas e funcionais, mas sim em uma organização que leva em consideração motivações humanas, que não somente produzem e alteram como também carregam de significados simbólicos as paisagens.

Do mesmo modo, pontua-se que o esporte, como uma motivação humana, pode ser compreendido como um elemento de significativa relevância dentro das pesquisas acadêmicas da área da geografia, pois garante consecutivamente desdobramentos na paisagem urbana, sendo inclusive presente na estrutura imagética e simbólica da sociedade, se firmando subjetivamente nos sentimentos dos populares diante do espaço que o cercam (JESUS, 1999).

Além disso, segundo os autores, a geografia do esporte apresenta-se como uma abordagem significativa, na medida em que investiga o esporte como um produto das relações humanas, que em uma ampla dimensão acabam por demandar, assim como produzir espaços sociais. Esta leitura da geografia, estuda, portanto, as reconfigurações espaciais e paisagísticas que as práticas esportivas geram consecutivamente, assim como as ações subjetivas a isso, como o deslocamento de pessoas para esse fim, as questões econômicas envolvidas, assim como as características da paisagem e sociais de cada espaço e conjuntura investigadas.

A sofisticação e complexidade destas abordagens e as perspectivas da nova geografia, ampliaram as possibilidades de análises, sendo que olhares direcionados para o aspecto do esporte começaram a ser introduzidos e ganhar terreno dentro das pesquisas científicas. Nessa perspectiva buscamos explorar a questão que envolve a geografia do esporte e os aspectos que evidenciam essas práticas e ressignificações dentro de nosso objeto de pesquisa. De acordo com Gilmar Mascarenhas de Jesus (1999), o esporte merece ser observado pelos estudos geográficos em razão das implicações que esta prática promove na paisagem.

Dentro deste contexto, insere-se a Praça Daltro Filho, construída em 1952 pelo engenheiro Francisco Riopardense de Macedo. A obra foi realizada sobre um terreno doado pelo Estado em 1939. Ao longo do tempo, esta praça passou por algumas remodelações paisagísticas, sendo a primeira em 1980. Já no período que abrange as décadas de 1980, 1990 e anos 2000 não foram encontrados registros das obras

de revitalização, apenas as imagens relativas à colocação de uma placa de bronze, encontradas no Arquivo Histórico Municipal de Erechim, caracterizando a praça.

Figura 27 e 28 - Caracterização da Praça Daltro Filho, remodelada em 17/06/1980.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim

Localizada entre a Avenida Pedro Pinto de Souza, Rua Silveira Martins e Cesário de Oliveira Mattos, sendo essas, importantes vias de circulação onde se constata um grande fluxo de veículos. A praça em menção é bem delimitada, e possui boa visibilidade, garantindo segurança para os frequentadores, por encontrar-se em nível mais elevado em relação às ruas.

Em sua primeira tipologia, pode-se observar (Figura 29) que a praça era caracterizada por piso de concreto (calçamento tradicional), gramado em meio as árvores, poucos postes de iluminação, e alguns bancos. Nesse período já é possível observar pessoas realizando a prática de caminhadas.

A segunda obra de revitalização foi realizada em 2012, com “novos espaços para lazer em família, prática de esportes, e principalmente um espaço exclusivo para passeio com animais de estimação” com pista de *agility*<sup>25</sup>, brinquedos infantis, retirada e poda de árvores, substituição/colocação de grama em alguns locais, brita, e ajardinamento. O crescente número de jovens praticantes do Bicycle Motocross (BMX)<sup>26</sup> em Erechim, motivou a construção de uma pista exclusiva com 130 metros quadrados para a realização do esporte, além de uma pista de skate com medidas oficiais e academia ao ar livre (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, 2021c).

A inauguração das obras foi realizada na dia 02 de junho de 2012, onde

<sup>25</sup> Pista de obstáculos e lazer para cachorros.

<sup>26</sup> Manobras realizadas com bicicletas em terrenos acidentados e com lama.

centenas de pessoas estiveram presentes. Na reportagem veiculada a divulgação pela prefeitura, a reforma ampliou as potencialidades de usos na praça, que anteriormente era utilizada como local para o uso de drogas (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, 2021c).

Figuras 29 e 30 - Revitalização paisagística da Praça Daltro Filho em 2012. Na última foto a pista de Bicycle Motocross ainda estava em implantação.



Fonte: Prefeitura Municipal de Erechim, 2012c.

O esporte pode ser observado como um objeto relevante na percepção da imagem da paisagem urbana, sendo marcadamente presentes no contexto social, seja no âmbito objetivo ou subjetivo. Nesse sentido podemos pontuar consecutivamente que a prática esportiva apresenta uma presença física e simbólica dentro do espaço urbano. Essa condição acaba por se desdobrar no campo da identidade do próprio território, onde as vivências, e o aspectos simbólicos do esporte desencadeiam sentimentos identitários (JESUS, 1999).

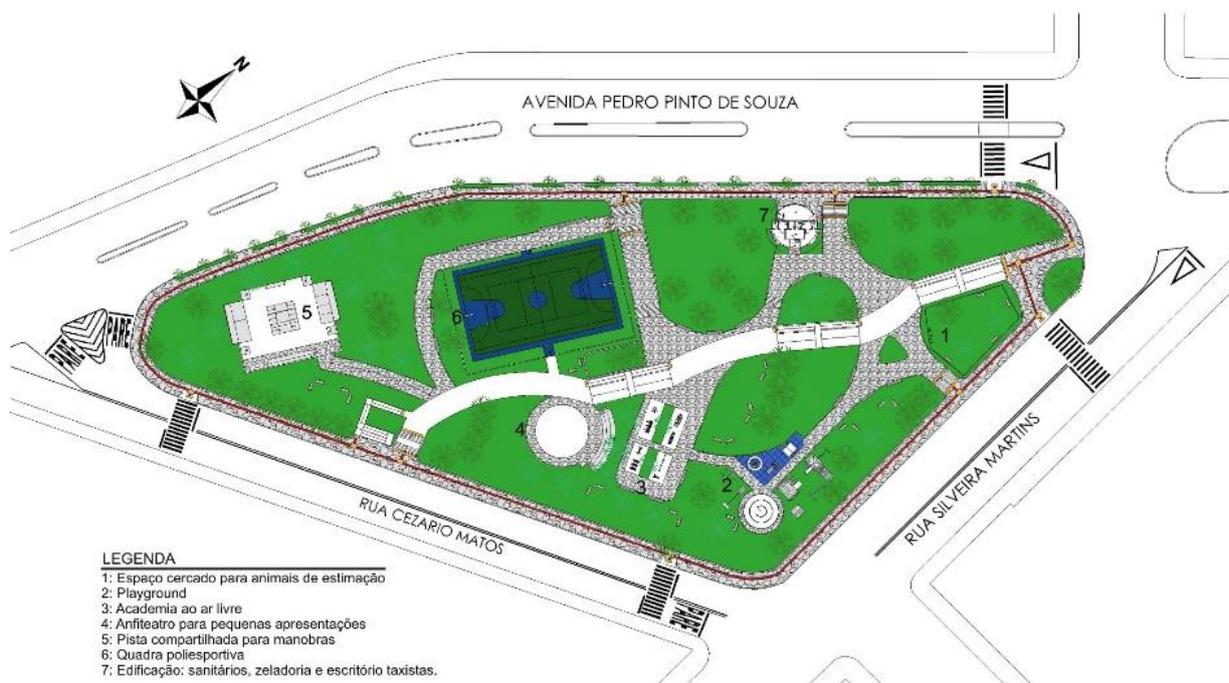
Com cerca de 10 mil metros quadrados, a praça em menção oferece um amplo espaço de convivência e lazer, em área gramada e sombreada. Contempla-se a estrutura do espaço “Praça da Diverção” (Figura 30) equipada com alguns atrativos e brinquedos, proporcionando aos animais domésticos momentos de e interação na companhia de seus tutores.

A obra de revitalização mais recente realizada nesta praça, foi no ano de 2019, onde, sem alterar o traçado e as funções, implantou-se uma infraestrutura modernizada, com o objetivo de atender as necessidades da comunidade em geral. O o projeto da reforma foi apresentado pela administração municipal, juntamente com a Secretaria de Obras e Habitação, e a Secretraia Municipal de Meio Ambiente. A execução das obras, ficou a cargo da Empresa Adelcio Ferreira Da Silva Eireli,

durante o mandato do Prefeito Luiz Francisco Schidt<sup>27</sup>. A Prefeitura ressalta que houve uma preocupação com a preservação do contexto histórico da praça, e também reivindicações de usuários presentes em todo o projeto. Dessa forma, “os valores foram preservados para não haver interferências no processo de licitação” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, 2021d).

Convém mencionar que durante as obras de reforma da praça, houve uma polêmica envolvendo o corte de algumas árvores de grande porte. Grupos de moradores e lideranças locais se manifestaram contra a supressão destas árvores, alegando tratar-se de árvores antigas que conferiam sombreamento e beleza à praça. O Poder Público Municipal, em resposta a estas reivindicações, justificou o corte por uma questão de segurança aos usuários, uma vez que havia a possibilidade de quedas de troncos e galhos. Houveram ainda outros moradores erechinenses contrários as reformas nesta praça por considerarem um investimento desnecessário, podendo tais recursos serem direcionados a setores mais urgentes, como a saúde e a pavimentação de vias públicas.

Figura 31 – Projeto de revitalização da Praça Daltro Filho, 2019.



Fonte: Prefeitura Municipal de Erechim, 2021d.

No processo de revitalização da praça, foram realizadas obras de escavações,

<sup>27</sup> Informações em <<http://www.erechim.rs.gov.br:81/sys571/publico/consultas/licitacoes.xhtml>>. acesso em: 20/05/2022.

movimentações de terras, e nivelamento de calçadas. Ressalta-se que o perfil do local (elevado ao nível da rua) foi mantido. Todo o seu contorno foi revestido com basalto recortado, permitindo a prática de caminhadas, bem como o piso tátil e rampas de acesso (Figura 32) ressaltando a preocupação com a acessibilidade universal, e a segurança de pessoas com delimitações físicas. Reconstruiu-se os meios-fios<sup>28</sup>, os muros de pedra, e as escadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, 2021d).

Alguns mobiliários urbanos foram restaurados, e novos foram instalados nos seguintes setores: *playground* para as crianças, academia popular, lixeiras de coleta seletiva implantação de bancos em diversos pontos da praça, alguns destes compostos por mesinhas, além de uma quadra poliesportiva (Figura 34), reforma e pintura da pista para manobras de *bike cross*, patins e skate, ampliação e adaptação de espaço totalmente cercado (dispensando o uso de guias) para receber animais domésticos (Figura 33). Foi construído um palco para apresentações artísticas e culturais, um anfiteatro com capacidade para até 60 pessoas, sala para a zeladoria, sanitários modernos e adequação de uma sala para os taxistas. Em sua função natural, o espaço contempla diferentes portes de árvores (pequeno, médio e grande), um extenso gramado, e canteiros com espécies variadas de flores<sup>29</sup>.

Figura 32 – Rampa de acesso à entrada principal da praça Daltro Filho.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Figura 33 – Ambiente exclusivo para animais.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

<sup>28</sup> Construção de uma fileira de blocos de concreto ou pedra, para separar a calçada de pedestres do pavimento onde passam os carros.

<sup>29</sup> Em relação aos canteiros e jardins dos espaços públicos, destaca-se que o setor de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Erechim realiza manutenções periodicamente. Em uma conversa com a arquiteta e urbanista Ariane Pedroti, a mesma relatou que em cada estação do ano, são replantadas mudas de novas espécies relativas e resistentes ao período.

Figura 34 – Quadra poliesportiva



Fonte: Acervo da autora, 2022.

Figura 35 – Playground infantil.



Fonte: Acervo da autora, 2022.

Complementarmente, destaca-se que a praça em análise recebeu iluminação com tecnologia *Light emitter diod* (LED), e sistema de videomonitoramento, equipado por câmeras de segurança, proporcionando mais tranquilidade no período noturno. Já que conforme mencionado nas linhas anteriores, durante muito tempo, a praça foi vinculada ao lazer passivo (por falta de segurança).

Na obra "O Direito À Cidade" Henri Lefebvre (2001) trata da questão da urbanização de forma crítica, apontando a mesma, como consequência direta da industrialização. Esse processo capitalista leva consecutivamente impactos nas relações sociais, na divisão do trabalho, no âmbito econômico e político, mas também revelam um aspecto de segregação dos espaços das cidades.

Dentro deste contexto, o autor compreende que a desigualdade social proveniente das relações políticas e econômicas do sistema, confinam a população mais pobre a espaços mais marginalizados e muitas vezes próximos ao seu local de trabalho. Nesse sentido, os locais públicos como parques, e praças são vistos como uma alternativa de lazer que garantiria dignidade para as camadas sociais menos abastadas usufruírem da cidade. Para o autor os espaços da cidade só se materializam e recebem vida através das relações sociais que nela ocorrem (LEFEBVRE, 2001).

Para Gomes (2005, p. 185) é no contexto de uma praça que,

“[...] jovens, crianças, adultos e idosos que buscam, cada qual, sua forma de se divertir e as pessoas preferidas para conversar e rir. A praça pode ser também o lugar do mendigo e do pipoqueiro, pois esse deve ser o lugar da coletividade, não da individualidade; da agregação, não da segregação; da multidão, não da elitização ou pauperização. Enfim, a praça é o lugar de todos. É o ponto de encontro onde a gratuidade prevalece, ao mesmo tempo

em que todos se sentem donos desse espaço. É preciso que as pessoas não deixem de ir à praça, pois se o distanciamento da comunidade prevalecer, acarretará no seu definitivo esvaziamento. E as praças não serão mais o lugar da gratuidade, espontaneidade e sociabilidade [...]. Serão o lugar do silêncio e da melancolia. Serão o lugar onde comportará muitas pessoas, mas permanecerá sempre vazio.

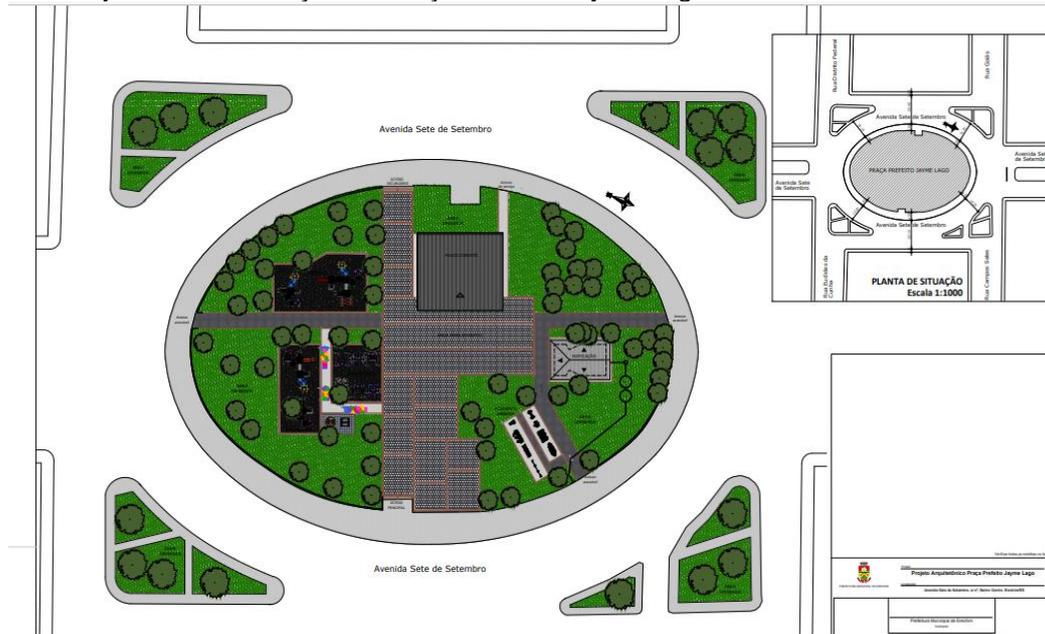
Na perspectiva de Segawa (1996) a urbanização e a consequente criação de espaços verdes como praças públicas, mostrou-se como uma forma de solucionar as problemáticas envolvendo a insalubridade e a necessidade de aproximar o ser humano com a natureza, criando, assim, espaços em que fosse possível a prática do esporte, bem como, o lazer.

Partindo desta lógica, é importante mencionar a Praça Prefeito Jayme Lago, conhecida por “Praça dos Bombeiros”, como um dos principais locais de encontro e lazer na cidade de Erechim. O seu processo de construção ocorreu entre os anos de 1969 a 1972. Foi nomeada inicialmente como Praça da Independência, logo, em 22 de maio de 1970 foi rebatizada como Marechal Arthur da Costa e Silva, e em 19 de novembro de 1990 passou a se chamar definitivamente por sua atual denominação (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JUAREZ MIGUEL ILLA FONT, 2021).

Em um dos pontos centrais da cidade, a praça em análise situa-se em uma rótula entre seis vias na Avenida Sete de Setembro, delimitando-se com as ruas Distrito Federal, Campos Sales, Goiás e Euclides da Cunha. Identificado pelas observações de campo, o perfil imobiliário ao entorno da praça conforma um conjunto de edificações, desde o comércio até as habitações, sendo predominantemente residenciais, o que amplia a circulação de pessoas.

No ano de 2020 foram realizadas obras de modernização na praça. O espaço recebeu nova pavimentação, paisagismo e ampliação de área gramada, instalações elétricas e hiossanitárias, iluminação, realocação do *playground* com três ilhas de brinquedos novos para as crianças, equipamentos para academia urbana, reformas nos banheiros e zeladoria. Entre as obras, também ocorreu a substituição da cobertura do palco (que recebe *shows*, apresentações e eventos públicos e corporativos) por uma nova estrutura, juntamente com a construção da rampa de acessibilidade, e o reforço na contenção metálica no entorno da praça, reforçando a segurança para os seus frequentadores.

## 36 - Projeto de revitalização da Praça Prefeito Jayme Lago



Fonte: Prefeitura Municipal de Erechim, 2021e.

Representando possibilidades de uso para passeio, esporte, recreação, e caminhada, a praça em análise contempla uma significativa diversidade de usuários, entre estes, crianças, jovens, adultos e idosos. Observou-se que a comunidade em geral, possui grande apreço pelo local, por sua localização e estrutura. O espaço é frequentado diariamente, sendo intensificado o uso nos finais de semana, representando grande dimensão de uso vinculado ao lazer.

Figuras 37 e 38 - Praça Prefeito Jayme Lago.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

A espacialidade a partir da ótica pós-moderna é baseada na predominância dos espaços representativos, instância simbólica da espacialidade em que ocorrem as experiências vivenciadas pelas pessoas ou grupos – os momentos de presença. Nos espaços de representação a realidade material é permeada pelos campos simbólico, imaginário e pelo afetivo (CAMPOS, 2009).

Podemos observar que desde a modernidade e sobretudo no contexto da contemporaneidade, a busca por áreas verdes para se efetivar práticas de esporte, ou até mesmo lazer, vem ganhando uma dimensão cada vez maior. Com a verticalização das cidades e o processo de industrialização da sociedade esse movimento ganhou significativa transformação, mostrando-se um anseio comum entre os grupos sociais. A urbanização acelerada apresentou uma perceptível dicotomia entre as cidades e os espaços verdes. Neste contexto as áreas destinadas as práticas esportivas mostraram-se como uma necessidade social não suprida (FIGUEIREDO et al, 2012).

Corrêa (1995) ao teorizar o valor simbólico em seus estudos, nos remete a importância de analisar elementos como prédios, e monumentos. Nesse sentido as praças, podem ser lidas como paisagens culturais que carregam em si o aparato simbólico das temporalidades e seus respectivos contexto sócio culturais.

Dentre as praças revitalizadas nos últimos anos, de acordo com os projetos municipais, inclui-se a Praça Júlio de Castilhos, localizada entre a Avenida Maurício Cardoso e a Rua Joaquim Brasil Cabral. A praça em questão carrega uma importante função histórica em seu contexto. O seu registro de criação não foi localizado, entretanto, cabe ressaltar que a sua ocupação foi vinculada ao traçado ferroviário, sendo assim, é considerada a primeira praça da cidade de Erechim, onde, inicialmente tornou-se um importante ponto de encontro entre as pessoas, pois pela proximidade da estação férrea, era ponto de espera pela passagem do trem.

O entorno da Praça Júlio de Castilhos é composto por edifícios residenciais em altura, alguns contemplam comércios e serviços no térreo. Na imagem da Figura 40, observa-se uma vista parcial da praça no ano de 1947, com destaque para as construções ao seu entorno, onde funcionavam inicialmente: 1- Hotel de Silvio de Marchi; 2- Firma Saule Pagnocelli & Filhos, que segundo Ducatti Neto (1981, p. 169), foi “a mais forte firma comercial da região, com filial em Marcelino Ramos e São Paulo”, que atuava no comércio de diversas mercadorias (secos e molhados)<sup>30</sup> além

---

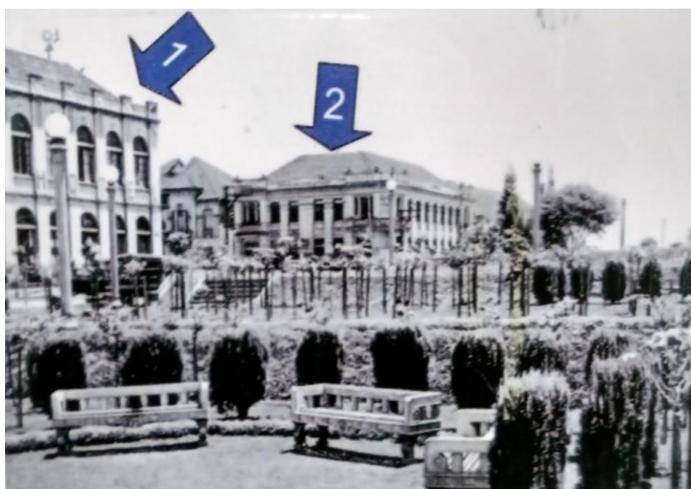
<sup>30</sup> Produtos diversificados como: tecidos, calçados, cereais, couros, utilidades domésticas, entre outros.

de ferragens e materiais de construção.

Nesta mesma vista parcial, ocorreram modificações não só nas funções que exerceram com o passar dos anos, mas também nas edificações. Atualmente (Figura 41), o prédio assinalado com o número 1 já não existe mais, em seu lugar foi construído um novo prédio, onde no subsolo situam os comércios: “Panificadora e Confeitaria Planeta Pão”, “Megacell Assistência técnica e acessórios”, e em anexo, o “Edifício Pegoraro”, com apartamentos e moradias na parte superior.

Já o prédio assinalado com o número 2 ainda permanece, com algumas restaurações e com funções modificadas. Em seu subsolo situa-se o restaurante *fast food* “Subway”, a loja de confecções denominada como “Torra Torra”, e também o barzinho “Bocatto”.

Figura 39- Vista parcial da Praça Júlio de Castilhos, 1947.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim

Figura 40- Vista parcial da Praça Júlio de Castilhos, 2021



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Santos (1996) teoriza o espaço geográfico a partir das técnicas e da dialética, sendo estes elementos sobrepostos a uma base temporal. Para o autor, todo contexto temporal é caracterizado por relações sociais que acabam por caracterizar o determinado período histórico. Segundo suas considerações o espaço geográfico é constituído a partir da ação técnica do homem na paisagem. A partir dessa ação se constitui o espaço geográfico, que sofre consecutivamente um movimento dialético com o passar do tempo em virtude da diversificação da natureza, assim como concepções sociais que podem gerar consecutivamente novas concepções identitárias no lugar analisado. Apontamos que lugar é entendido como um fragmento do território e onde se sintetiza a produção técnica do espaço.

Reformada em 1985, a Praça Júlio de Castilhos teve o seu paisagismo implantado por Francisco Losina (funcionário da Comissão de Terras). Atualmente é caracterizada por vegetação de médio porte, canteiros floridos, equipamentos que contemplam bancos, mesas e parque infantil, além de um quiosque representando um espaço simbólico da praça.

Figura 41 - Quiosque da Praça Júlio de Castilhos, 2021.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

A história do quiosque iniciou supostamente na década de 20, quando foi construído pela primeira vez por Frederico Mussig<sup>31</sup>. Denominado por “Bar do Quiosque” o local oferecia saraus dançantes aos sábados, e matinê<sup>32</sup> com orquestra aos domingos. Nas quartas-feiras, havia apresentação da Banda Municipal, e nos demais dias, ocorriam jogos e refeições. O local era constantemente movimentado por proporcionar diversas atividades de lazer e diversão (MENEGATI *et al*, 2000). Na década de 80, a edificação foi reconstruída em alvenaria, onde exerceu diversas funções, como, lanchonete, restaurante e também bar nos anos que seguiram. Atualmente, o local encontra-se fechado e sem uso.

---

<sup>31</sup> Construtor da sede da Comissão de Terras.

<sup>32</sup> Tarde de convívio social com música e dança envolvendo o público sênior.

Figura 42 - Bar do Quiosque, 1931.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim

Figura 43 - Quiosque da Praça Júlio de Castilhos, década de 80.



Em questão de funcionalidade urbana, esta praça foi a mais importante, por agregar não apenas o fator de interação social (ponto de encontro entre os residentes), mas também pela infra estrutura de serviços relacionados ao transporte público. Reconhecida como o primeiro espaço público claramente definido, nas primeiras décadas atendeu aos usuários da estação férrea como local de espera de chegada e partida do trem, e posteriormente, nos anos 2000 passou a funcionar como terminal de ônibus urbano, integrando o Centro aos diversos bairros da cidade. Destaca-se que este último, foi realocado no ano 2012 para a área da antiga estação férrea, próximo a praça, permanecendo esta apenas como espaço de lazer e convívio social, não fomentando um uso intenso.

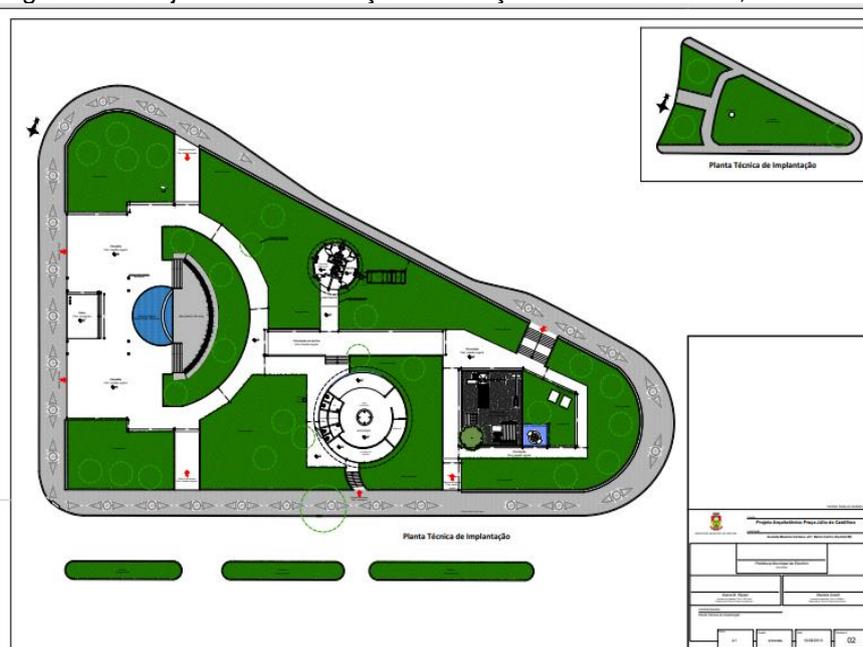
Figura 44 - Terminal de ônibus na Praça Júlio de Castilhos, 2001.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim

A restauração paisagística mais recente da Praça Júlio de Castilhos, foi realizada em 2019, nesta obra, a pavimentação interna foi refeita, assim como, as calçadas dos passeios, e as rampas de acessibilidade substituindo as escadarias, o mobiliário infantil, bancos em áreas de sombras, e lixeiras também foram trocados por novos, luminárias em LED foram instaladas em todo o entorno da praça, e na entrada principal, um monumento relativo ao centenário de Erechim (um painel retratando o “Castelinho”, conforme observado na Figura 42).

Figura 45 -Projeto de revitalização da Praça Júlio de Castilhos, 2019.



Fonte: Prefeitura Municipal de Erechim, 2021e.

A Prefeitura aponta que tais intervenções foram essenciais para ampliar o uso da praça, pois a tornou mais atrativa, agregou novos usuários, e conseqüentemente, ampliou o comércio local com novas demandas.

Conforme considerações de Santos (1992), muitas vezes são os sujeitos que garantem um sentido específico a um espaço, isso fica posto, quando estes mesmos sujeitos estabelecem um determinado uso para este local. Para o citado autor, estes espaços ganham sua significatividade e identidade com a devida apropriação por parte da população. Esta identidade encontra-se imbuída de significados, desse modo, o espaço pode ser compreendido como um elemento que coaduna em si acontecimentos, ações, intencionalidade sociais.

Figura 46 e 47 – Espaços de lazer da Praça Júlio de Castilhos, 2021.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

De acordo com os autores trabalhados e suas considerações, podemos pensar o lazer e o esporte como um complexo fenômeno social. Durante a pesquisa observou-se tais atividades através do viés cultural e simbólico, presente nas praças de Erechim, contribuindo assim, não somente para os estudos geográficos, como também para todas as ciências humanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho baseou-se na análise do processo de transformação da paisagem das praças de Erechim/RS, entre o período de 1904-2022. Para dar conta desta proposta, foi discutido a construção da cidade, perpassando pelo processo de colonização e povoamento, fatos marcantes como os incêndios da década de 1930 e o planejamento urbano, que diferenciou a cidade das demais colônias do Estado.

Neste sentido, a pesquisa não contemplou todas as praças da cidade, optando por analisar seis praças que se encontram na área central da cidade, por apresentarem maior representatividade histórica, (relacionada ao seu momento de formação até os dias atuais), aspectos como a interação social, e o entretenimento a partir da posição em que se encontram, e também os processos de permanências e refuncionalizações. Importante destacar que a maioria das praças analisadas, passaram por obras de revitalização nos últimos anos, buscando não só uma composição paisagística mais contemporânea, como também, novas atribuições em suas funções, que se diferem daquelas originais.

Ou seja, nos propomos a analisar dois importantes períodos dessa trajetória: as praças enquanto lugar de memória, repletas de monumentos que foram erigidos, reproduzindo discursos de grupos dominantes locais e as suas refuncionalizações, voltadas a novas funções voltadas às práticas esportivas.

Cabe aqui ressaltar que no planejamento urbano foram designados espaços para as praças, consolidando a concepção de que estas são importantes para a dinâmica da vida urbana. Carregam consigo ainda a ideia da centralidade, não só material, como também simbólica. Podemos considerar que a população garante não somente a sua usabilidade, como condiciona uma atribuição de sentido a estes espaços, ao determinar as nuances em torno das atividades desenvolvidas no local e quem desenvolve estas atividades

A percepção das praças como lugares de memória debatido no segundo capítulo reforçou que a cidade de Erechim apresenta em suas praças e largos dezenas de monumentos que são carregados de simbologias e significados, remetendo-se principalmente à colonização, os tempos “áureos” da agricultura (década de 1950) e ao fortalecimento de uma identidade local.

Elas carregam um importante aspecto simbólico, reproduzindo discursos ou mesmo reinventando o passado. Os elementos tempo e espaço apresentam conexões

que reforçam os significados e particularidades específicas para os contextos analisados. Em tese, o tempo representa movimento, enquanto o espaço representa pausa. Esse processo tempo e espaço é caracterizado por uma miríade de interrupções temporais que se desenvolvem em determinadas conjunturas espaciais e acabam por gerar formas que podem permanecer historicamente.

Destacamos aqui a Praça Daltro Filho, construída em 1952 pelo engenheiro Francisco Riopardense de Macedo. Ela passou por algumas remodelações paisagísticas, sendo a primeira em 1980. Já no período que abrange as décadas de 1980, 1990 e anos 2000 não foram encontrados registros das obras de revitalização, apenas as imagens relativas à colocação de uma placa de bronze, encontradas no Arquivo Histórico Municipal de Erechim, caracterizando a praça.

A Praça Júlio de Castilhos, por sua vez carrega uma importante função histórica em seu contexto. Mesmo não possuindo registro de criação as fotos disponíveis no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font apontam que sua ocupação foi vinculada ao traçado ferroviário, é a primeira praça da cidade de Erechim, era um importante ponto de encontro entre as pessoas, pois pela proximidade da estação férrea, era ponto de espera pela passagem do trem. Ao mesmo tempo a reconhecemos como o espaço mais importante mais importante, por agregar não apenas o fator de interação social (ponto de encontro entre os residentes), mas também pela infra estrutura de serviços relacionados ao transporte público.

Representando possibilidades de uso para passeio, esporte, recreação, e caminhada, a praça Prefeito Jayme Lago apresenta significativa diversidade de usuários, entre estes, crianças, jovens, adultos e idosos. Seu espaço é frequentado diariamente, mas nos finais de semana sua ocupação cresce significativamente, dotando-a de grande dimensão de uso vinculado ao lazer.

Verificou-se ao longo do terceiro capítulo que as praças Daltro Filho e Jayme Lago como espaços atrativos ao lazer, por contemplarem diversas opções de entreterimento, como *playgrounds*, pista para a prática de esportes, academia ao ar livre, calçadas apropriadas para caminhadas, local cercado para os animais, além de comércios, como trailers, confeitaria, e barzinhos no entorno.

Com o intuito de compreender de maneira mais aprofundada os diferentes usos e apropriações da praça, foram realizadas visitas de campo, onde constatou-se no

turno vespertino, a presença de jovens na quadra de esporte jogando futebol, a predominância de crianças brincando no *playground*, adultos sentados nos bancos, usando o celular, conversando, ou tomando chimarrão, enquanto observam as crianças, assim como usuários de diferentes faixas etárias passeando com cachorros, ou realizando caminhadas no entorno da praça. Durante a noite, há uma concentração menor de frequentadores, ressaltando que no período do verão, observou-se um uso frequente de grupos de amigos reunidos conversando, ou passeando.

Percebemos ao longo da pesquisa que a história de Erechim é amplamente representada pelos monumentos disponíveis nas Praças e que os planos de refuncionalização atenderam aos objetivos do período em que foram realizados. Nesta perspectiva concluímos que a transformação das Praças foram necessárias para a sua modernização e atendimentos das necessidades de cada período, sem perder o viés de resguardar a história local.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 13-25, 2000.
- ALEX, Sun. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. 2º edição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008.
- AZEVEDO, Marta *et al.* **Guarani Retã 2008: povos guaranis na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai**. S/ local: Centro de Trabalhos Indigenistas, 2008. Disponível em: <[http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB\\_institucional/caderno\\_guarani\\_portugues.pdf](http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/caderno_guarani_portugues.pdf)>. Acesso em: 20 agosto. 2021.
- BALDISSERA, Maria de Almeida; CIMA, Sônia Mári. **De campo pequeno ao grande Erechim**. Erechim: Edifapes, 2008.
- BECKER, Itala. **O índio Kaikang no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976, p. 26.
- BECKER, Í. I. B. **O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1995.
- BENINCÁ, Dirceu. **Severiano de Almeida e sua história**. Passo Fundo: Gráfica e Editora Berthier, 1990.
- BURKE, P. **Testemunha Ocular: História e imagem**: Bauru: SP/EDUSC, 2004. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos.
- BRASIL. Fundação Nacional do índio (FUNAI). Ministério da Justiça. **Índios do Brasil: Terras Indígenas**. 2015. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/índios-no-brasil/terras-indinegas>>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- BRINGMANN, Sandor. F; NOTZOLD, Ana Lúcia. V. **Alianças, conflitos e resistência: a relação Kaingang com os aldeamentos provinciais no Rio Grande do Sul (século XIX)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.
- BRUM, Argemiro. J. **Modernização da Agricultura: Trigo e Soja**. Ijuí: FIDENE, 1985.
- CALDEIRA, J. M. **A Praça Brasileira – trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade**. Tese de doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Estadual de Campina. Campinas, 2007.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM. **Decreto n. 1502**, de 18 de setembro de 1985, dá denominação e delimita bairros da cidade de Erechim. Disponível em: <<http://sapl.erechim.rs.leg.br/norma/12126>>. Acesso em: 09 agosto. 2021.

CAMPOS, F. R. G. **Uma geografia do futebol amador: Espaços de representação do futebol amazonense a partir do “peladão”**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. 2009.

CARINI, Joel. **Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios: Racionalidades, representações e cidadania**. 2010. 233 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.

CARLOS, Ana Fani. A. **O Espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur, 2007.

CARLOS, A.F. **A cidade**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Trad. Arlene Caetano. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COSGROVE, D. **A Geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORREA, Roberto L. ROSENDAHL, Zeny (orgs.) Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

COSTA, Otávio. **Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares**. In: Espaço e Cultura, n. 15. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 2003.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 6. Ed. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2006.

CIMI REGIONAL SUL. **Os povos Kaingang, Guarani, Xokleng, Quilombolas do RS e de ocupações urbanas, repudiam ações que violentam direitos à moradia e ao território**. Disponível em: < <https://cimi.org.br/2015/11/37948/>>. Acesso em 27 de março de 2021.

CORRÊA, Roberto. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto L. A Dimensão Cultural do Espaço: alguns temas. **Espaço e Cultura**, ano 1, n. 1, outubro de 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. P. 7-11. (Série Geografia Cultural).

CORRÊA, Roberto. L. Processos Espaciais da Cidade. In: **Trajetórias Geográficas**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.119-139.

CORRÊA, Roberto. L. O Espaço Urbano: Notas Teórico-Metodológicas. In: **Trajetórias Geográficas**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 145-152.

CORRÊA, Roberto. L. Monumento, política e espaço. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, R. L (Orgs). **Geografia: temas sobre a cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.

CORRÊA, Roberto. L. **Uma sistematização da análise de monumentos na Geografia**. Terr@ Plural, Ponta Grossa, Jan-Jul, 2007.

CORRÊA, Roberto. L. **Tempo, Espaço e Geografia – Um Ensaio**. RBG Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 2020.

CASSOL, Ernesto. **Histórico de Erechim**. Passo Fundo: SEP/CESE – Instituto Social Padre Berthier, 1979.

CONTERATO, Marcelo. A. **A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. 2004. 192f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004.

CHIAPARINI, Enori. J. SMANIOTTO, Maria. L. C; FABRIS, Neivo. A. HACHMANN, Roberto. Erechim: **Retratos do Passado, Memórias do Presente**. Erechim, RS: Grafoluz, 2012. 308 p.

DUCATTI NETO, Antônio. **O grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: EST, 1981.

ELIADE, M. **Imagens e Símbolos: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso**. São Paulo. Martins Fontes, 1991.

FIGUEIREDO, S. L et al. Lazer, esporte e turismo: importância e uso das áreas verdes urbanas em Belém/Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v.16, n.1, mar/2012.

FÜNFGELT, K. **História da paisagem e evolução urbana da cidade de Erechim – RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2004.

FONT, Mauro. **A praça em movimento: processos de transformações morfológicas e funcionais no Brasil do século XX**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

GARBIN, Rafael. Relação indivíduo e o espaço. *In*: VIEIRA, M. S (org.). **Panorama do espaço público em Erechim**. Palhoça: Ed. Unisul, 2019. p. 11-12.

GARCEZ, Neusa. C. O sonho de Riopardense concretizado no “mosaico-homenagem da Praça da Bandeira. *In*: CONFORTIN, Helena (org.). **Um mosaico sobre Erechim**. Erechim: EDELBRA, 2018 (a). p. 17-24.

GIARETTA, J.G.S. **O Grande e Velho Erechim: ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908-1960)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GROCH, Maria Vanda Krepinski; SANTOS, Michele Sansigolo dos; BEARZI, Zeni Teresinha. **100 atrativos = 100 segredos: conheça, desfrute e surpreenda-se com Erechim**. Erechim, RS: Edelbra/AEL, 2018. 120p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Explanation in Geography**. London, 1979.

HELL, Eli. E. T. **Histórias que eu conto. Lutas, sonhos e realizações de vida**. Gráfica Alto Uruguai. Erechim: [s.n.], [2001-].

HOLGADO, F. L.; TONINI, I. M. **As paisagens e o futebol**. Revista de Geografia – PPGE. v. 2, nº 1. 2012.

ILLA FONT, Juarez. M. **Serra do Erechim**. Tempos heroicos. Erechim: Carraro, 1983.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas do Brasil: Kaingang**. 2015. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

JESUS, G. M. À Geografia dos Esportes. Uma Introdução. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. V. 01, n. 35. 1999.

JORNAL BOM DIA. **Praça do Imigrante de Erechim poderá passar por revitalização**. Disponível em: <<https://jornalbomdia.com.br/noticia/28431/praca-do-imigrante-de-erechim-podera-passar-por-revitalizacao>>. Acesso em: 28 out. 2021b.

JORNAL BOM DIA. **Monumentos um legado à memória coletiva**. Disponível em: <https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/3301/monumentos-um-legado-a-memoria-coletiva>>. Acesso em: 28 out. 2021a.

KOZENIESKI, Éverton de M. **A produção do espaço rural: Transformações das dinâmicas produtivas e da agricultura na microrregião de Erechim**. 237 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2016.

LEFEBVRE, Henri. **O nascimento da historiografia moderna**. Flammarion, Paris, 1971.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: UFMG, 2008, 190p. (El espacio. In: LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política: El derecho a la ciudad II**. Barcelona: Península, 1976

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Nelo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. 2º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP. Ed. Unicamp, 1900.

MACHADO, Paulo. P. Bugres, Tropeiros e Birivas: Aspectos do Povoamento do Planalto Serrano. In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia. M.F. (org.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis. UFSC, 2001.

MAESTRI, M. **A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação do campesinato brasileiro**. In: STEDILE, J.P. (Org.) A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MELLO, J. B. Ferreira de. **Símbolos dos lugares, dos espaços e dos “deslugares”**. In: Espaço e Cultura, n. 16. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 2003.

MENEGATI, A. J; CHIAPARINI, E; DETONI, M. I. G; FERNANDES, P. D; CECHET, R. M. **Álbum fotográfico da história de Erechim**. Edelbra: Erechim, 2000.

MOTTA, M. M. M. **História, memória e tempo presente**. In: CARDOSO, C. F.; VA-INFAS, R. (orgs.). Novos Domínios da História. Rj: Elsevier, 2012.

NORA, Pierre. **“Entre memória e história: a problemática dos lugares”**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

OLIVEIRA, Jaiterson Santos de; TIRADENTES, Leomar. Geografia do esporte e do turismo: o que se aprende em sala de aula? **Revista Ponto de Vista**, v. 01, n. 8, p. 14-30. 2019.

PAIVA, Romeu. Revista de Erechim nº 1. **Erechim**: Livraria Modelo, 1951.

PEREIRA, Rodrigo Alves. Erechim Centenária – As identidades contemporâneas e sua relação com o centro simbólico do poder: A Praça da Bandeira e o Paço Municipal. In: CONFORTIN, Helena (org.). **Um mosaico sobre Erechim**. Erechim: EDELBRA, 2018. p. 63-93.

PIRAN, Nédio. **Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai**. Erechim: Edifapes, 2001.

PSIDONIK, Jorge. V. **Progresso: do outro lado da BR 153. História socioeconômica do Grande Bairro Progresso 1970-1990**. 2004. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Erechim, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. **Economia**. Disponível em: <<http://www.pmerechim.rs.gov.br/economia>>. Acesso em: 23 de jan. 2021a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. **Fotos e dados**. Disponível em: <<http://www.pmerechim.rs.gov.br/principal.php>>. Acesso em: 12 de março. 2021b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. **Notícias:** praça Daltro Filho – um local mais belo e seguro no coração de Erechim. Disponível em: <<https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/6311/04-06-2012/praca-daltro-filho-um-local-mais-belo-e-seguro-no-coracao-de-erechim>>. Acesso em: 19 out. 2021c.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. **Notícias:** Obras, Habitação e Segurança. Reforma e modernização da Praça Daltro Filho. Disponível em: <<https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/13333/29-03-2019/reforma-e-modernizacao-da-praca-daltro-filho>>. Acesso em: 15 jun. 2021d.

PRESTES, S. L. **Sentidos e imagens do patrimônio cultural em Erechim/RS na iminência de sua preservação institucional.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 2012.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

REICHERT, Patrício. **Diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros de Porto Novo: a segregação do caboclo.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

**RELATÓRIO.** Porto Alegre, 1913. Secretaria de Estado dos Agronegócios das obras públicas.

RIBEIRO, T. **A estação ferroviária Rio Caçador: Uma análise sobre o processo de estruturação na paisagem urbana no município de Caçador (1917 – 1950).** 2019. 103 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Trad. Emery Ruas. Vol. 1. Porto Alegre: Globo: 1969.

RODRIGUES, Cristiane Moreira. **Monumentalidade e poder na construção das cidades: um estudo sobre projetos urbanos não realizados no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX.** Dissertação (mestrado em geografia). Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2000.

RODRIGUES, C.M. **Cidade, monumentalidade e poder.** In: GEOgrafia. Niterói: UFF/Egg, ano III, n. 6, 2002.

RÜCKERT, A. A. **A trajetória da terra. Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul.** 1º ed. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1997.

SALINI, Ademir. Miguel. **Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970).** (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS/PPGH. 150p.

- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. 3 ed. São Paulo: Nobel, 1992.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**, São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Ed. 4. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996.
- SKOWRONSKI, A.B. **Erechim das cinzas ao sonho: Erechim destruída por incêndios e renovada pela modernidade**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2008.
- SMANIOTTO, M. L. C; CHIAPARINI, E. J; FÁBRIS, N. A; HACHMANN, R. **Erechim Retratos do passado, memórias do presente**. Ed. Graffoluz. Erechim, 2012.
- SILVA, Michel. Vieira de Liam e. **Desconstruindo e descortinando símbolos na Cidade de Deus**. Monografia (graduação em geografia). Rio de Janeiro: UERJ/Departamento de Geografia, 2005, p. 45.
- SOUZA, Mariana Jantsch. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Revista Graphos**, vol. 16, nº 1, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/20337>. Acesso em Maio de 2022.
- TEDESCO, João C.; SANDER. R. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)**. Passo Fundo: Editora UPF, 2002.
- TEDESCO; VANIN. Povoamento, aldeamento e colonização no norte do Rio Grande do Sul – século XIX. Um esboço histórico para a compreensão dos atuais conflitos. *In*: TEDESCO, Carlos. J. (org.). **Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul: Indígenas e agricultores dimensões históricas**. Passo Fundo: Editora & Livraria Frei Rovílio Ltda, 2017. p. 37-84.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980.
- VAZ, Murad, J. M. **A produção do espaço público em Florianópolis: as praças e a vida urbana**. Tese (Doutorado). UFSC, Florianópolis, 2016.
- ZAMBONATTO, Aristides. A. **Os meus Erechim**. 2. Ed. Erechim: Edelbra, 2000.
- ZANELLA, Anacleto. **A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho (1937-2003)**. Passo Fundo: UPF, 2004.

ZARTH, Paulo. A. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

ZARTH, Paulo. A. Os esquecidos da história: exclusão do lavrador nacional no Rio Grande do Sul. In: ZARTH, P.A. et al. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí, RS: Editora da Unijuí, 1998.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

### **Periódicos**

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS – Acervo Arquivo Histórico Juarez Illa Font, Erechim/RS, 1931.

JORNAL BOAVISTENSE, Periódicos (jornais) – Acervo Arquivo Histórico Juarez Illa Font, Erechim/RS, 1933.

JORNAL VOZ DA SERRA, Periódicos (jornais) - Acervo Arquivo Histórico Juarez Illa Font, Erechim/RS, 1985.

### **Arquivos e Bibliotecas**

Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font. Erechim. Período de consulta 2019 – 2022.

Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico – Erechim/RS. Período de consulta 2021.

### **Documentações oficiais**

TERMO DE VISTORIA DO AGENTE FLORESTAL, 1945. Acervo CEOM/Unochapecó.